

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: 01/02/2013 a 28/02/2013**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Índice

Incra informa sobre mudança na certificação de imóveis rurais – Site do INCRA. 01/02/2013.....	4
Portarias trazem melhorias para assentados da reforma agrária – Site do MDA. 01/02/2013.....	4
Decretada prisão de suspeito de matar líder do MST – O Globo. 01/02/2013.....	5
Governo prepara investimentos para assentados. Tarso Veloso – Valor Econômico. 01/02/2013.....	5
Polícia Civil prende suspeito de mandar matar líder do MST – Folha de São Paulo. 01/02/2013.....	6
Polícia prende suspeito de matar líder do MST no Rio – O Estado de S. Paulo. 02/02/2013.....	6
A cada vez mais desnecessária reforma agrária. Editorial – O Globo. 03/02/2013.....	7
'Brasil dos cartórios' tem 600 mil km ² a mais – O Estado de São Paulo. 03/02/2013.....	8
'Conflitos vão se agravar se não tivermos um bom cadastro' - O Estado de S.Paulo. 03/02/2013.....	9
Procura-se terra até 'dentro do Rio'. José Maria Tomazela – O Estado de S. Paulo. 03/02/2013.....	10
Dilma lança no Paraná programa de agroindústria em assentamentos da reforma agrária – Site do Incra. 04/02/2013.....	13
MST entrega carta a Dilma com cobrança de desapropriações e Reforma Agrária – Site do MST. 04/02/2013.....	15
Joao Pedro Stedile: Composição do governo trava reforma agrária – Site do MST. 04/02/2013.....	17
Incra decide varrer cadastro rural em busca de erros. Rodão Arruda - O Estado de S.Paulo. 04/02/2013.....	23
Criticada, Dilma propõe parceria ao MST. Rogerio Fischer e Luciano Barros – O Globo. 05/02/2013.....	24
Petista saúda 'grande produtor rural' em encontro com MST - O Estado de S.Paulo. 05/02/2013.....	25
MST critica política de assentamento da atual presidente – Folha de São Paulo. 05/02/2013.....	26
Dilma vai usar BNDES na reforma agrária. Fernanda Odilla – Folha de São Paulo 05/02/2013.....	26
Apenas 8% dos assassinatos em conflitos agrários são julgados no Brasil. Camilla Hoshino e Ednubia Ghisi - Terra de Direitos Site do MST. 06/02/2013.....	27
Dilma: é fundamental o acesso à terra. Mayrá Lima – Site do MST. 06/02/2013.....	29
Participantes do Terra Forte poderão vender produção ao PAA – Site do MDS. 07/02/2013.....	30

INCRA e UFG firmam parceria para criação de curso de agronomia para assentados – Site do MDA. 07/02/2013	31
Violência em Campos (RJ) continua: mais uma militante do MST assassinada – Site do MST. 07/02/2013	32
Agricultora do MST é morta em assentamento em Campos – Folha de São Paulo. 07/02/2013.....	33
Política agrária federal criou 'favelas rurais', diz ministro. Fernanda Odilla – Folha de São Paulo. 09/02/2013	33
Terras fora da lei – O Estado de São Paulo. 10/02/2013.....	35
Minha Casa, Minha Vida beneficiará assentados da reforma agrária – Site do MDA. 14/02/2013.....	36
Governo quer assentados menos dependentes, afirma ministro – Folha de São Paulo. 14/02/2013.....	37
Disputa por lotes leva tensão a maior assentamento do RJ. Italo Nogueira – Folha de São Paulo. 14/02/2013	38
Ministro detalha portarias que simplificam obtenção de terras para assentamentos – Site do INCRA. 15/02/2013	39
Favelas rurais. Helio Schwartzman – Folha de São Paulo. 15/02/2013	40
As 'quase favelas rurais' - O Estado de S.Paulo. 18/02/2013	41
Reformar a reforma ou o Incra? Antônio Márcio Buainain – O Estado de S. Paulo. 19/02/2013.....	42
Martinho da Vila: "Tem de dar um jeito de botar Reforma Agrária". <i>Raphael Gomide</i> – Site do MST. 20/02/2013	43
Terra Forte: Incra lança edital para seleção de projetos de agroindustrialização em assentamentos – Site do INCRA. 22/02/2013	46
Vice-presidente da CNA coordenará grupo de trabalho sobre questões fundiárias – Site da CNA. 22/02/2013].....	47
Suspensão dos processos de demarcação de terras indígenas – Site da CNA. 22/02/2013	48
Lançado edital para projetos de agroindustrialização em assentamentos – Site do MDA. 25/02/2013.....	48
Mapa e MMA firmarão acordo para a regularização rural – Site do MAPA. 26/02/2013	49
“A terra ainda é sinônimo de poder no Brasil”, afirma Sérgio Sauer. Viviane Tavares - Brasil de Fato Site do MST. 26/02/2013	50
Regularização Fundiária é tema de seminário no sudoeste paulista – Site do MDA. 28/02/2013.....	55

**Incra informa sobre mudança na certificação de imóveis rurais – Site do INCRA.
01/02/2013**

A partir do final deste mês de fevereiro, o procedimento de certificação de imóveis rurais vai mudar. A certificação passará a ser realizada de forma automatizada, por meio do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef). O Sigef é uma ferramenta eletrônica criada para enviar, recepcionar, validar, organizar e disponibilizar dados georreferenciados de imóveis rurais. O novo sistema é capaz de analisar sobreposição com o cadastro georreferenciado do Incra e gerar planta e memorial descritivo de forma automática.

O Incra enviou aos técnicos credenciados um informativo que alerta sobre as mudanças e destaca a necessidade de manterem seus dados atualizados junto à autarquia. Isso deverá ser feito por meio do portal do Instituto na internet, no banner Certificação de Imóveis Rurais, localizado na parte inferior da página. [Clique aqui para visualizar o informativo completo.](#)

**Portarias trazem melhorias para assentados da reforma agrária – Site do MDA.
01/02/2013**

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) publicou no Diário Oficial da União (DOU), nesta sexta-feira (1º), três portarias que vão simplificar os procedimentos para a obtenção de terras destinadas aos assentados da reforma agrária, público-alvo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Na portaria nº 7, o MDA divulga os valores máximos pagos pela terra, por região, que variam de R\$ 40 mil a R\$ 140 mil.

Com a portaria, o governo federal determina os valores máximos pagos por família que o Incra está autorizado a executar em processos de desapropriação ou compra e venda de áreas destinadas a esse público. O texto traz, ainda, parâmetros dos valores, que vão variar de acordo com a região e o bioma. Na região Nordeste, nos biomas Cerrado e Caatinga, o valor máximo do imóvel, por família, não pode ultrapassar R\$ 40 mil. Nos biomas Amazônia e Mata Atlântica, por exemplo, esse valor pode chegar até R\$ 90 mil, enquanto outras regiões podem obter o valor de R\$ 140 mil.

Já a portaria nº 5, publicada, também, nessa sexta-feira, trata dos procedimentos administrativos para o rito de obtenção de imóveis rurais, para fins de reforma agrária. A partir de agora, o imóvel passível de desapropriação deve ser precedido de três documentos: laudo de avaliação de cumprimento da função social da terra; laudo de avaliação para fins de indenização do imóvel; e um estudo de capacidade de geração de renda do assentamento. Com isso, o tempo do processo de desapropriação será reduzido, passando de um ano para alguns dias.

Brasil Sem Miséria

De acordo com a portaria de nº. 6, o Incra priorizará regiões e áreas onde a concentração fundiária esteja associada à pobreza extrema e à baixa produtividade. As ações do Instituto vão se basear na organização territorial, e não apenas em demandas específicas.

A seleção das famílias seguirá os critérios determinados na Lei nº. 8.629 e será realizada pelo Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra). Entre os requisitos, estão a priorização de atendimento de agricultores sem-terra que estejam no CadÚnico dos programas sociais do governo federal e a prioridade na destinação de lotes disponíveis para a juventude rural – filhos de assentados ou de agricultores familiares – que estejam, também, no CadÚnico.

Decretada prisão de suspeito de matar líder do MST – O Globo. 01/02/2013

Acusado teria planejado o crime para assumir liderança do movimento, segundo a polícia

A pedido da Polícia Civil, a Justiça decretou a prisão temporária por 30 dias de José Renato Gomes de Abreu, de 45 anos, acusado de ser o mandante da morte de Cícero Guedes dos Santos, líder do MST em Campos. O corpo de Cícero foi encontrado no sábado, numa estrada de terra próximo à BR-356 (Campos-São João da Barra). José Renato foi capturado, ontem à noite, no acampamento da Usina Cambaíba, em Campos.

Segundo o delegado Geraldo Assed, da 134ª DP (Campos), o acusado é funcionário público em São João da Barra, mas vive no acampamento do MST. Ainda segundo o policial, o acusado é aliado de traficantes da comunidade Tira Gosto, naquele município, e teria planejado o crime para assumir a liderança do movimento. José Renato foi indiciado por homicídio qualificado.

Na segunda-feira, o delegado havia pedido a quebra do sigilo telefônico da vítima, que recebera uma ligação meia hora antes do crime. Essa é uma das muitas vertentes que fazem parte das investigações, acompanhadas pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pela Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. O advogado dos herdeiros das terras de Cambaíba entrou com uma representação no Ministério Público estadual pedindo que o órgão acompanhe as investigações.

Governo prepara investimentos para assentados. Tarso Veloso – Valor Econômico. 01/02/2013

Para dar continuidade à nova política do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de fomento aos assentamentos em fase desenvolvimento, a presidente Dilma Rousseff lançará na segunda-feira, no Paraná, o Programa de Apoio à Agroindustrialização em Assentamentos de Reforma Agrária, que receberá R\$ 300 milhões ao longo de cinco anos.

O investimento será feito em grande parte pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com aporte de R\$ 150 milhões. A Fundação Banco do Brasil (FBB) financiará R\$ 20 milhões e os demais parceiros R\$ 130 milhões. O lançamento ocorrerá durante a inauguração de uma unidade industrial de beneficiamento de leite e derivados em Arapongas (PR), pertencente ao Projeto de Assentamento Dorcelina Folador.

Durante a inauguração será lançado o edital de chamada pública com a finalidade de receber projetos para fomentar a agroindustrialização, comercialização e atividades "solidárias", destinadas aos assentamentos da reforma agrária sob responsabilidade do Incra. A iniciativa faz parte de diversas ações de estímulo ao incremento de renda nos assentamentos rurais coordenados pela estatal por meio de práticas sustentáveis.

O programa é resultado de cooperação entre os ministérios do Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social, Secretaria Geral da Presidência da República, Incra, Conab, BNDES e Fundação Banco do Brasil.

Polícia Civil prende suspeito de mandar matar líder do MST – Folha de São Paulo. 01/02/2013

A Polícia Civil prendeu ontem um homem suspeito de ser o mandante do assassinato do líder do MST em Campos dos Goytacazes (RJ), Cícero Guedes dos Santos, 49.

Segundo a polícia, José Renato Gomes de Abreu, 45, vivia num acampamento na cidade pretendia assumir a liderança do movimento.

Ainda de acordo com a polícia, o suspeito é "aliado de traficantes da comunidade Tira Gosto". Ele foi indiciado sob suspeita de homicídio doloso.

Líder da ocupação da usina Cambahyba, Cícero foi morto no último sábado numa estrada vicinal, perpendicular à BR 356, que liga Campos dos Goytacazes a São João da Barra, Norte Fluminense. Ele foi baleado na cabeça e no peito.

Polícia prende suspeito de matar líder do MST no Rio – O Estado de S. Paulo. 02/02/2013

O funcionário público José Renato Gomes de Abreu, de 45 anos, foi preso nesta sexta-feira sob suspeita de ter matado anteontem Cícero Guedes dos Santos, líder do Movimento dos Sem-Terra (MST) em Campos, no norte fluminense, no último sábado.

Embora trabalhasse na Prefeitura de São João da Barra, Abreu morava no acampamento do MST na usina Cambahyba, em Campos, onde foi localizado.

Segundo a Polícia Civil, que chegou ao suspeito após quebrar o sigilo telefônico da vítima, Abreu é aliado de traficantes de uma comunidade situada nas imediações do acampamento e pretendia assumir a liderança do MST na região, substituindo Santos.

A pedido da Polícia Civil, a Justiça decretou a prisão temporária de Abreu por 30 dias. Santos foi morto com dez tiros, que o atingiram na cabeça e no peito, quando passava por uma estrada vicinal. Ele havia participado de uma reunião no acampamento e estava voltando para sua casa, na cidade.

A cada vez mais desnecessária reforma agrária. Editorial – O Globo. 03/02/2013

A concentração de terras em poucas mãos, herança do Brasil colonial, alimentou, e ainda alimenta, muita luta política - embora hoje, menos. O latifúndio é parte da história do país, seja como força política no Império e na República Velha ou peça de exploração ideológica principalmente na segunda metade do Século XX. O termo "reforma agrária" se tornou cativo de programas de governo, sempre encontrado em discursos políticos. Mesmo sendo de uso corrente nas pregações de esquerda, constou dos planos da ditadura militar. Espaço político em que forças extremadas se aliaram a representantes da Igreja, a reforma agrária emergiu na redemocratização como uma das bandeiras mais fortes. E com as liberdades civis restauradas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), entre outras organizações, pôde agir sem cerceamentos autoritários, como deve ser na democracia.

Considerados os quatro mandatos de FH e Lula e os dois anos de Dilma, são uma década em que os movimentos de sem-terra contam com algum trânsito em Brasília. Mais com os petistas do que com os tucanos. E continuam a reclamar por mais terras. A mudança estrutural em curso no mundo agrário, e que põe em xeque o MST e similares, tem a ver com o extraordinário desenvolvimento da agricultura brasileira a partir da década de 70, com a conquista dos cerrados, a criação da Embrapa, etc.

O "latifúndio improdutivo" foi extinto - quem diria? - pelo avanço do capitalismo no campo, na expansão da fronteira agrícola até as franjas da Amazônia, processo no qual o país realizou a antiga e batida profecia do "celeiro do mundo".

O surgimento da grande empresa agroindustrial não se deu em prejuízo do minifúndio e da agricultura familiar. Ao contrário. Um exemplo são os frigoríficos no Sul, dependentes de uma enorme rede de pequenos criadores, e vice-versa.

A modernização do campo, ao lado da inexorável tendência de urbanização da população, começou a reduzir a massa de manobra à disposição do MST. A ponto de a organização ter de recrutar "militantes" entre os desempregados em pequenas e médias cidades - sem vocação para a agricultura, é certo. O momento de pleno emprego na economia e a expansão dos programas sociais (Bolsa Família) puxaram de vez o tapete do MST. E nos assentamentos existentes, mostrou O GLOBO, a nova geração já busca ampliar a perspectiva de vida nas cidades - com razão.

O sonho de uma economia coletivizada eficiente não agoniza apenas em Cuba, também coloca a Venezuela na mesma rota desastrosa. No Brasil, devido ao dinamismo do mercado, esta proposta não teve chances, para sorte da democracia.

Há problemas a resolver, como assentamentos sem assistência técnica, canais de comercialização, treinamento, educação. Mas a ideia da reforma agrária, do ponto de vista histórico, acabou. Resta ao MST legalizar-se como partido e buscar no voto apoio ao seu projeto de país.

'Brasil dos cartórios' tem 600 mil km² a mais – O Estado de São Paulo. 03/02/2013

Soma da área de todos os imóveis rurais cadastrados no Incra ultrapassa superfície do país declarada pelo IBGE. Cadastro está longe de ser confiável: razão mais comum para o descompasso são fraudes nos registros

Do Oiapoque ao Chuí, o território brasileiro tem cerca de 8,5 milhões de km². Oficialmente, segundo o IBGE, essa é a superfície do País. No papel, porém, o território brasileiro é maior. Quando se faz a soma da área de todos os imóveis rurais cadastrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma (Incra), o resultado final chega a 9,1 milhões de km².

É uma diferença notável: a área que sobra equivale a duas vezes o território do Estado de São Paulo. Ou, para quem se sente melhor com grandezas imperialistas, à soma dos territórios da Alemanha e Inglaterra.

O esticamento do território nacional foi verificado pelo Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários, após obter no Incra, por meio da Lei de Acesso à Informação, dados detalhados do Serviço Nacional de Cadastro Rural - que tem a tarefa de recolher informações de todos os imóveis rurais registrados no País. O mapeamento reúne informações de 2011. As de 2012 ainda não foram compiladas pelo Incra.

Os peritos concluíram que o Brasil, uma das maiores potências agrícolas do mundo, está longe de ter um cadastro de terras confiável. O problema mais aparente é o que eles chamam de sobrecadastro - quando a soma das áreas declaradas pelos proprietários nos cartórios supera a superfície real do município. Nessa categoria, o caso que mais chama a atenção é o de Ladário, no Mato Grosso do Sul.

Dez andares

De acordo com o IBGE, a superfície daquele município alcança 34.250 hectares. Mas a soma da área dos 139 imóveis cadastrados é mais do que dez vezes maior: chega a 397.999 hectares. Dito de outra forma, para que o território cadastrado coubesse no real seria necessário erguer dez andares de terras sobre Ladário.

O município sul-mato-grossense chama a atenção por estar no topo da lista, mas o problema não ocorre só lá, nem é exclusividade do Brasil profundo. Palmas e Cuiabá, capitais de dois Estados que se destacam como importantes produtores agrícolas - Tocantins e Mato Grosso -, enfrentam o mesmo problema.

Pelas informações obtidas no Incra, dos 5.565 municípios brasileiros, 1.354 tem sobrecadastramento, o que representa cerca de um em cada quatro. A razão mais comum para o descompasso são fraudes nos registros e até erros na transcrição dos números. Mas não é só. Os peritos apontam desatualização dos registros e, sobretudo, as condições precárias em que são feitos. "Quase tudo gira em torno da declaração que o proprietário faz no cartório sobre o tamanho de sua terra", diz Fernando Faccio, perito federal do Incra em Florianópolis (SC) e porta-voz do sindicato. "Os órgãos estaduais de terras não possuem um bom mapeamento das áreas; os cartórios não têm obrigação de garantir que a terra registrada não está em cima de outra; e o Poder Público também não vai lá verificar."

Para Faccio, o fato de o Brasil não conhecer sua malha fundiária é inaceitável, principalmente quando se considera que as tecnologias já existentes, como o georreferenciamento, permitem resolver o problema de maneira eficiente. "Só posso imaginar que os empecilhos no caminho da modernidade são essencialmente políticos."

Terra a menos

Sobra de terra no cadastro não é o único drama. Na região Norte do País verifica-se o subcadastramento, que ocorre quando a superfície registrada é menor do que a real. A causa principal é a existência de grandes áreas de terras devolutas, controladas pelo Estado e frequentemente ocupadas de maneira irregular. O sindicato estima que na região amazônica só 4% do território está cadastrado. "Os órgãos de governo não tem controle de suas terras, o que acaba favorecendo os conflitos agrários na região" afirma Faccio.

O sindicato do qual ele faz parte defende a ideia de que o Incra passe a se dedicar exclusivamente ao controle fundiário, transferindo para outros organismos a questão da reforma agrária. O órgão passaria a se chamar Instituto de Terras. "Sem conhecer sua malha fundiária, o Brasil não consegue definir políticas públicas de maneira consistente, não consegue evitar a insegurança jurídica. No momento não se sabe nem quanta terra se encontra nas mãos de estrangeiros", observa o perito.

O assunto atrai a atenção da presidente Dilma Rousseff desde quando era chefe da Casa Civil. Confrontada com questões relacionadas a desmatamento, conflitos agrários, políticas sociais na zona rural, a então ministra constatou que existem cadastros paralelos no Incra, na Receita Federal e nos ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura - e que nenhum deles é confiável.

Na Presidência, ela tem cobrado a consolidação de um cadastro único e confiável. A ministra Gleise Hoffmann, que substituiu Dilma na Casa Civil, é uma das pessoas encarregadas de analisar a questão.

'Conflitos vão se agravar se não tivermos um bom cadastro' - O Estado de S.Paulo. 03/02/2013

Preocupado com o crescimento da população e da disputa por terras agricultáveis, o Banco Mundial está patrocinando estudos em diferentes partes do mundo para levantar o grau de governança fundiária em cada país. Um dos principais consultores da instituição no Brasil é o economista Bastiaan Philip Reydon, que é professor da Universidade Estadual de Campinas e especialista em questões ligadas ao preço da terra.

Porque o tema do cadastro rural hoje desperta mais atenção?

O momento é mais favorável. A FAO (organismo da ONU dedicado à questão da alimentação) vem estimulando os países a aumentar o grau de governança fundiária. O Brasil foi um dos países que assumiram voluntariamente compromissos nessa direção. Por outro lado, estamos diante de uma nova realidade. Na década de 1970, havia abundância de terras e a preocupação era criar estímulos para garantir sua ocupação.

Hoje se pleiteia áreas para preservação ambiental, reforma agrária, povos indígenas, quilombolas, produção agrícola. Os conflitos de interesse só vão se agravar se não tivermos um bom cadastro.

Diante do passivo histórico, de um país com começou com sesmarias, isso parece impossível.

O Brasil tem 150 milhões de automóveis e sabe quais têm multas, se estão hipotecados, se pagaram o IPVA. Se consegue isso com bens móveis, que se deterioram, porque não consegue cadastrar 5 milhões de propriedades imóveis? Se consegue regular o mercado financeiro, se tem leis trabalhistas em vigor, porque não consegue identificar o que é terra pública? Não consegue identificar quanta terra os estrangeiros compraram? Satélite e tecnologias de georreferenciamento não faltam.

Por onde começar?

Pela criação de um órgão que aglutine todos os cadastros existentes e seja alimentado com informações de diferentes instituições do Estado. É preciso tratar a questão de maneira global, com o Judiciário, o Executivo e o Legislativo. Também não se pode deixar de lado os municípios, onde tudo começa. / R.A.

Procura-se terra até 'dentro do Rio'. José Maria Tomazela – O Estado de S. Paulo. 03/02/2013

Em Teodoro Sampaio, região de conflito agrário, o registro de propriedades supera em 42% a área real

O agricultor Reinaldo Nunes, de 35 anos, ainda tenta entender o que aconteceu com mais da metade do lote que recebeu da reforma agrária no Assentamento Dona Carmen, em Teodoro Sampaio, a 660 km de São Paulo. O Sítio Quatro Irmãs ocupa uma faixa entre a Rodovia SP-613 e o Rio Paranapanema e, no papel, tem 7,30 hectares. Ao medir a área, Nunes encontrou apenas 2,60 hectares. "Só se o resto estiver dentro do rio", ironiza.

Teodoro Sampaio é um dos municípios paulistas com mais terra cadastrada do que a área disponível de fato. O índice das áreas registradas no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é 42% maior do que a área real existente.

O município, no Pontal do Paranapanema, região de históricos conflitos fundiários, foi o berço paulista do Movimento dos Sem Terra (MST).

Grandes propriedades rurais são alvos de ações movidas pelo Estado por terem sido consideradas terras griladas, obtidas com base em documentos adulterados. Por terem a titularidade contestada, também viraram alvos dos sem-terra.

Muitas fazendas já foram recuperadas judicialmente pelo poder público ou por meio de acordos e destinadas a assentamentos rurais. É o caso da São Pedro, antiga fazenda de gado invadida seguidamente pelo MST até ser transformada no Assentamento Dona Carmen.

"Como tinha mais acampado do que terra, o Incra e a liderança do movimento resolveram reduzir o tamanho, que era de 12 hectares, para oito e meio, mas nem isso deu. Muito lote ficou com pouca terra", conta a vice-presidente da Associação dos Agricultores do Assentamento, Aparecida de Jesus Pereira José, de 56 anos. Considerados individualmente, os lotes e a área de reserva legal somam 1.435 hectares, sem contar as estradas internas. Mas toda a fazenda transformada em assentamento tinha apenas 1.043 hectares. Aparecida desconfia que seu lote não mede nem os oito hectares e meio. "Formei 2,5 hectares com café sombreado e o que sobrou para pasto foi bem pouco."

'Terra de menos'. A queixa quanto ao tamanho dos lotes é comum nos 22 assentamentos da reforma agrária em Teodoro Sampaio, com 1,8 mil famílias de pequenos produtores. O assentado Reinaldo Nunes conta que o vizinho também encontrou "terra de menos", e, por isso, eles decidiram somar as duas áreas e criar gado em sociedade. Como o pasto ocupa todo o lote, o assentado não consegue fazer lavoura, a não ser uma pequena horta. No que sobra, cria galinhas e meia dúzia de porcos. A renda é insuficiente para manter a família - a mulher Valquíria e quatro filhas, a mais velha com 16 anos, a caçula com um: as quatro irmãs do nome do sítio - por isso Nunes trabalha fora, como tratorista.

Quem está na terra doada pelo governo conforma-se com o tamanho menor ao ver as famílias que continuam sob a lona, acampadas em beira de rodovias, como a sem-terra Terezinha dos Santos da Silva, de 51 anos.

Enquanto espera a Justiça decidir se a Fazenda São Domingos está em terra pública, ela cultiva uma pequena horta com pimenta e cebolinhas num canteiro com pouco mais de dois metros. "Esse é o meu latifúndio", diz, enquanto rega as plantas espremidas entre o mar de soja da fazenda e o asfalto da rodovia. No barraco de lona em que passou a morar há quatro anos, ela sonha com o dia em que terá mais terra para plantar. "Sou de aproveitar cada centímetro de chão, imagine o que vou fazer quando tiver um lote inteiro", diz.

O acampamento Dorcelina Fulador tem 180 famílias cadastradas, de olho nas terras da São Domingos. O coordenador Oscar do Nascimento, de 32 anos, diz que as famílias vivem sob ameaça de seguranças. Caso a fazenda seja destinada a assentamento, a terra não chegará para todos.

"Considerando o lote padrão de seis hectares, dará para assentar umas cem famílias", contabiliza. A menos que, novamente, a partilha reduza o tamanho da terra real. Os proprietários da São Domingos defendem-se na Justiça das sucessivas invasões pelos sem-terra - foram 18 desde a década de 90. Numa delas, houve reação de seguranças, ou "jagunços" na versão das vítimas, e sete sem-terra foram baleados. Na última, em abril do ano passado, a Justiça autorizou o uso de força policial para retirar os invasores, que permanecem acampados na beira da estrada.

Marcas dos conflitos pela terra espalham-se pela região. A guarita de aço que protege a Fazenda Santa Rita, na divisa entre Teodoro Sampaio e Mirante do Paranapanema, tem a viseira de vidro, teoricamente à prova de balas, estourada a tiros. De 1995 a meados da década passada, quando a Justiça considerou que os proprietários eram os legítimos donos, a fazenda foi invadida pelo menos quatro vezes. Em fevereiro de 1997, seguranças armados tentaram impedir nova invasão e policiais militares dispararam

rajadas de metralhadora para o alto. A tensão levou a família Negrão, dona das terras, a arrendar mais da metade da área para uma usina de cana - a outra parte continua com gado de corte. A informação de que o Incra pode rever os cadastros das terras inquieta o administrador Adriano Pereira da Silva. "Está tudo calmo, agora, vão mexer com isso de novo?", indagou.

Fazenda fantasma. O advogado Fernando Neves Baptista, que pesquisa a questão fundiária e atua em defesa de vários fazendeiros na região, estranha o sobrecadastramento detectado em Teodoro Sampaio. Segundo ele, houve um caso de uma fazenda 'fantasma' - as terras que o suposto dono tentava registrar não existiam de fato -, mas numa cidade vizinha.

"Não conheço ninguém que tenha título e não esteja ocupando a terra. No caso das ações, o que o Estado alega é que seriam terras devolutas, mas elas existem e são reais."

De acordo com o advogado, mesmo áreas extensas em Teodoro Sampaio que eram tidas como devolutas já foram julgadas como particulares.

Para o presidente da entidade de fazendeiros União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, as ações do governo transformaram a região numa "colcha de retalhos" e trouxeram insegurança jurídica. "Não é à toa que somos a segunda região mais pobre do Estado. Quantos investimentos já perdemos porque empresários tomam outro rumo quando conhecem o quadro da região..."

Para a líder sem-terra Diolinda Alves de Souza, 42, a situação fundiária do Pontal está longe de ser resolvida. "É histórica a concentração de terras aqui e a grilagem também. O fato novo é que os latifundiários se aliaram a grandes empresas do agronegócio e alugam as terras públicas para o plantio da soja e milho e a exploração da cana."

Pelo menos 10 das 18 grandes fazendas do município transformaram os pastos em canaviais, segundo ela. "Ficou difícil para os movimentos sociais, pois a principal forma de denunciar o latifúndio e cobrar a reforma agrária é com a ocupação. Como o trabalhador se sente ocupando uma área de cana ou de soja?"

Segundo ela, o MST e outros movimentos estão se unindo a sindicatos para repensar as formas de ação. Em alguns acampamentos, as bandeiras desses movimentos já se misturam nos mastros.

Histórico. Teodoro Sampaio era o maior município do Estado, com 2.879,8 km², quando se emancipou, em 1964. Com a emancipação de dois distritos, ficou com a área atual de 1.556,6 km², segundo o IBGE. Sua colonização já foi marcada por disputas: quando o coronel José Pires de Machado foi tomar posse da Fazenda Cuiabá, onde se instalou a cidade, várias pessoas se apresentaram dizendo ter títulos das terras. O nome da cidade, de 21.389 habitantes, homenageia o engenheiro Theodoro Fernandes Sampaio, que trabalhou pelo desenvolvimento da região.

Os latifúndios chamaram a atenção do governo que, na década de 1970, passou a verificar a titularidade das terras, entrando com ações para reclamar as áreas com títulos duvidosos. Essa ação, combinada com o fim da construção de grandes hidrelétricas, que deixaram muitos trabalhadores sem ocupação, acabou atraindo para a região os

movimentos de luta pela terra. Atualmente, a região assiste à chegada de empresas sucroalcooleiras.

Dilma lança no Paraná programa de agroindústria em assentamentos da reforma agrária – Site do Incra. 04/02/2013

A presidenta da República Dilma Rousseff lançou nesta segunda-feira (4), em Arapongas, no Paraná, o Programa Terra Forte, liderado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e executado em parceria com a Fundação Banco do Brasil, ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Incra e Conab. O programa contará com uma carteira de crédito no valor de R\$ 300 milhões, não reembolsáveis, para apoiar e promover a verticalização da produção em assentamentos da reforma agrária de todo o país.

Durante o evento, realizado no Projeto de Assentamento Dorcelina Folador foi lançado pelo Incra o edital para apresentação de projetos que queiram se habilitar aos recursos do Terra Forte. Os recursos serão aplicados nos próximos cinco anos, sendo que o BNDES, fará o aporte R\$ 150 milhões, a FBB entrará com R\$ 20 milhões e os demais parceiros, R\$ 130 milhões, dos quais R\$ 35 milhões são do Incra.

Na ocasião, a presidenta Dilma inaugurou um laticínio de beneficiamento de leite e derivados, com capacidade de 90 mil litros/dia, financiado pelo fundo social do BNDES, que investiu R\$ 8 milhões no empreendimento. O presidente do BNDES, Luciano Coutinho assumiu o compromisso de trabalhar para multiplicar a experiência de Arapongas em todo o Brasil.

A presidenta Dilma disse estar diante de um grande exemplo de boas práticas agrícola e pecuária. "O Brasil pode ver na Copran (Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa) um projeto de primeira. Essa experiência é referência de que a reforma agrária pode produzir com aumento de renda". Para Dilma, os brasileiros do campo são capazes de agregar valor à sua produção, baseado na cooperação.

Ela se comprometeu a levar o exemplo do P.A. Dorcelina Folador para todo o Brasil e destacou que algumas políticas públicas devem estar associados a ações como a de agroindustrialização, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que ela disse ter interesse de manter e ampliar.

Dilma Rousseff afirmou que o programa Minha Casa, Minha Vida pode ser utilizado pelas famílias assentadas e lembrou que o governo subsidia cerca de 90% do valor do imóvel.

Combate à pobreza extrema

Dilma Rousseff destacou que o Brasil deu grandes passos em direção ao combate à desigualdade social. Ela citou que entre 2011 e 2012 mais de 19 milhões e 500 mil pessoas saíram da pobreza extrema. "Nós temos o compromisso de reduzir a pobreza extrema, a ponto de chegarmos a superá-la completamente no horizonte mais próximo possível".

Na avaliação da Presidenta, falta pouco para se chegar a esse patamar. Ela aproveitou o evento para pedir o apoio do MST no sentido de assegurar que todas as famílias que ainda vivem na pobreza extrema sejam cadastradas no Bolsa Família e no Brasil Carinhoso. "Agora, até o mês de março, nós vamos zerar o cadastro. No nosso cadastro não vai ter mais ninguém abaixo da pobreza extrema".

A Presidenta disse que vai apoiar o Terra Forte porque esse é um dos caminhos para o desenvolvimento e destacou que o programa, casado com o acesso à terra, à assistência técnica e integrado às políticas sociais, é caminho para o desenvolvimento.

"A reforma agrária terá resultados melhores se puder mudar os padrões de produção e aqui vi um grande modelo de cooperação, participação cooperação, vi um caminho firme, que dá certo e que nos levará ao país que sonhamos", enfatizou Dilma.

O presidente da FBB, Jorge Alfredo Streitt ressaltou que a ideia da rede de parceiros é tornar o programa de agroindustrialização acessível em todas as regiões do país. "Precisamos romper a lógica de que assentamentos não produzem". Ele estimulou as cooperativas e organizações produtivas que estão num nível de organização mais elevado, a também contratarem recursos embolsáveis.

O presidente do Incra, Carlos Guedes enfatizou que o programa Terra Forte chega para atender famílias que já se encontram na rota do desenvolvimento, e é importante instrumento para apoiá-las na necessidade de agregação de valor à sua produção e no aumento da renda dos assentados. O programa se insere na integração de política públicas aos demais programas do governo federal, que o Incra está adotando.

O coordenador estadual do MST, Roberto Baggio contou que a comunidade se desafiou a construir um projeto vencedor e hoje querem demonstrar que com organização, é possível produzir com qualidade.

O ministro Gilberto Carvalho, articulador do apoio do BNDES ao programa de agroindustrialização do P.A. Dorcelina Folador, disse que a festa de Arapongas é a festa da dignidade, pois é uma demonstração concreta de que as pessoas estão rompendo a dependência e são capazes de produzir com qualidade e beneficiar uma grande região com seus produtos.

O governador Beto Richa considera que a agroindústria dos assentados de Arapongas vai motivar a organização de outros assentamentos no processo de verticalização da produção e reiterou que seu governo é parceiro de iniciativas como esta. "Temos apoiado os assentamentos com a presença de técnicos da Emater. O Paraná é o primeiro estado brasileiro a atender a exigência do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional que estabelece a aquisição de pelo menos 30% da produção da agricultura familiar e de assentados para a merenda escolar".

Richa disse que até o final do seu mandato deverá ter construído 10 mil unidades habitacionais no campo e que as 30 patrulhas mecanizadas adquiridas pelo governo do estado, vão readequar cerca de 110 mil km no meio rural.

MST entrega carta a Dilma com cobrança de desapropriações e Reforma Agrária – Site do MST. 04/02/2013

A Direção Nacional do MST entregou à presidenta Dilma Rousseff, que visita o assentamento do MST Dorcelina Folador, no município de Arapongas (a 30 km de Londrina), uma carta com cobrança de desapropriação de terras e da realização da Reforma Agrária, na tarde desta segunda-feira (4/2).

Dilma pousou no campo de futebol do assentamento e foi recebida pelos dirigentes do MST João Pedro Stedile e Roberto Baggio e pela presidente da Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (Copran), Dirlete Dellazeri.

A carta tem 10 pontos, com propostas e cobranças de medidas do governo federal (*leia a carta abaixo*). Na carta, o movimento diz que "o governo precisa retomar a política de criação de assentamentos e fazer a Reforma Agrária. Muito pouco tem sido feito para democratizar a terra".

O governo Dilma é o que menos desapropriou imóveis rurais para fazer reforma agrária nos últimos 20 anos. Na primeira metade do mandato, apenas 86 unidades foram destinadas a assentamentos. Dilma supera só Fernando Collor (1990-92), que desapropriou 28 imóveis em 30 meses.

O movimento cobra um programa emergencial para assentar todas as famílias que vivem acampadas, em situação de extrema pobreza, com a desapropriação imediata de latifúndios em todo o país.

No documento, o MST afirma que a visita de Dilma ao assentamento Dorcelina Folador como "um reconhecimento da necessidade, importância e potencial da Reforma Agrária".

Dilma fará o o lançamento do Programa Nacional de Agroindústrias na Reforma Agrária e a inauguração da agroindústria da Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (Copran).

O programa é uma demanda antiga dos movimentos do campo, que pretendem avançar na organização dos assentamentos em cooperativas e industrializar a produção, para agregar valor e gerar renda aos trabalhadores rurais. Depois de mais de um ano de pressão, o governo lança o programa.

Dilma deve chegar às 13h e visita o espaço de melhoramento genético e criação dos novilhos a pasto, na unidade de produção do leite. Depois, ela visita a agroindústria de produção e empacotamento de leite, queijos e iogurtes. Por fim, ela passa pela feira de produtos da Reforma Agrária, produzidos no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Dilma deve almoçar com uma comitiva, que terá a presença de 10 dirigentes do MST, que acompanharão a presidenta por todo o percurso da visita. O ato político de lançamento do programa está previsto para começar às 15h. A expectativa é que aproximadamente 6 mil pessoas participem da atividade. No final do ato, o integrante da Coordenação Nacional do MST, João Pedro Stedile, concederá uma entrevista coletiva aos jornalistas, ao lado da sala da imprensa instalada pela organização do ato.

Abaixo, leia a carta:

CARTA DA DIREÇÃO NACIONAL DO MST À PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF

Arapongas/Paraná, 4 de fevereiro de 2013

Excelentíssima presidenta Dilma Rousseff,

a sua visita ao assentamento Dorcelina Folador, no município de Arapongas, na região de Londrina (PR), para a inauguração da agroindústria da Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (Copran), é um reconhecimento da necessidade, importância e potencial da Reforma Agrária.

Os trabalhadores rurais estão fazendo muito pelo nosso país e podem fazer muito mais. Estamos muito longe do nosso potencial, que demanda uma ação forte, ampla e eficiente do Estado.

Em primeiro lugar, o governo precisa retomar a política de criação de assentamentos e fazer a Reforma Agrária. Muito pouco tem sido feito para democratizar a terra.

Em segundo lugar, os programas do governo para as famílias assentadas são conquistas importantes, no entanto, são muito burocráticos, não têm recursos suficientes tanto para cumprir seus fins como para a universalização.

Abaixo, apresentamos alguns pontos fundamentais para desenvolver o meio rural e combater a pobreza, fazendo a Reforma Agrária, agregando valor à produção dos assentados e gerando renda para melhorar a qualidade de vida do trabalhador rural.

1-Um programa emergencial para assentar todas as famílias que vivem acampadas, em situação de extrema pobreza, com a desapropriação imediata de latifúndios em todo o país. Só o nosso movimento organiza 90 mil famílias acampadas.

2-Garantir assistência técnica pública, programas de pesquisa e tecnologia para agropecuária.. Precisamos de uma empresa estatal de máquinas para a agricultura camponesa.

3-Política de crédito específica para as famílias assentadas, associada à produção agrícola diversificada e em bases agroecológicas e sem agrotóxicos e transgênicos, para promover uma agricultura sustentável. O Pronaf não atende as necessidades dos trabalhadores assentados.

4-Desenvolver políticas públicas para a cooperação agrícola, como mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações e cooperativas, para aumentar a escala da produção.

5-Garantir a implementação de agroindústrias na forma cooperativa, sob controle dos agricultores e dos trabalhadores, para beneficiar os alimentos, agregar valor à produção e gerar renda, garantindo a oportunidades de trabalho para a juventude no meio rural.

6-Universalizar as políticas públicas de compra da produção de alimentos, de qualidade e saudáveis para atender a demanda dos municípios próximos dos assentamentos e as compras governamentais, para escolas e hospitais, fortalecendo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e os programas PNAE e PAA.

7-Universalizar o acesso à educação escolar de qualidade em todos os níveis, da creche à universidade e ensino técnico, com a construção e manutenção de escolas públicas e gratuitas, para aumentar o nível educacional dos assentados. Promover mutirão para erradicar o analfabetismo da população adulta.

8-Garantir a implementação do programa Minha Casa Minha Vida Rural, conforme sua determinação em abril de 2001 e até hoje não normatizada, para viabilizar a construção de moradias adequadas à cultura do meio rural.

9-Assentar as famílias sem-terra nos perímetros irrigados na região Nordeste, que serão beneficiadas com terra e acesso a água. Garantir abastecimento permanente de água potável nas comunidades rurais.

10-Fortalecer e universalizar o programa nacional para o desenvolvimento de técnicas de produção com base na agroecologia. Implementar um amplo programa de reflorestamento, para todas as áreas de Reforma Agrária, sob coordenação das mulheres, para recuperar as áreas degradadas e fontes de água destruídas pelo latifúndio.

DIREÇÃO NACIONAL DO MST

Joao Pedro Stedile: Composição do governo trava reforma agrária – Site do MST. 04/02/2013

Presidente Dilma Rousseff está no Paraná, para inaugurar programa de agroindústrias ligadas a assentamentos do MST; em Arapongas, movimento produz alimentos que serão servidos em almoço para a chefe de Estado e ministros; ao 247, líder João Pedro Stédile afirmou que correlação de forças políticas no governo paralisou reformas; “Nem a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanas avançou”, criticou; para ele, diálogo com a administração federal passa por “solução de necessidades sociais de emergência”

A presidenta Dilma Rousseff visita nesta segunda-feira 4 o assentamento do MST Dorcelina Folador, no município de Arapongas, a 30 km de Londrina, para o lançamento do Programa Nacional de Agroindústrias na Reforma Agrária. Será inaugurada, por volta das 14h00, a agroindústria da Cooperativa de Comercialização e

Reforma Agrária União Camponesa (Copran). A expectativa é que aproximadamente 6 mil pessoas estejam presentes.

A presidente está acompanhada da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, do ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, e do governador do Paraná Beto Richa, além de prefeitos, deputados e vereadores do estado. O dirigente nacional do MST João Pedro Stédile participa do ato como representante de movimento.

A presidenta Dilma irá almoçar com os integrantes do assentamento, com cardápio de alimentos produzidos pelas famílias locais. Depois, faz a inauguração da agroindústria. Em seguida, ela visita a feira dos produtos da Reforma Agrária. Por fim, haverá um ato político com a equipe ministerial.

Ao 247, o líder do MST concedeu a seguinte entrevista exclusiva a respeito do atual estágio de relações entre o MST e o governo:

247 - Com o programa da agroindústria para os assentamentos, o diálogo entre o MST e o governo pode ser destravado?

JOÃO PEDRO STÉDILE - Sempre tivemos diálogo com o governo. Com todos os governos, inclusive. A questão é que estamos diante de um governo de composição de forças políticas e sociais, em que as forças do capital e do agronegócio têm muito poder nos aparatos do Estado brasileiro. E isso dificulta que esse tipo de governo tenha uma proposta clara de Reforma Agrária, que é um programa de Estado para democratizar a propriedade da terra. É um programa para o desenvolvimento da indústria nacional e de distribuição de renda. Na atual correlação de forças, não está na agenda política nem um projeto de desenvolvimento nacional nem de reformas estruturais. Não só a reforma agrária que está travada, mas também a reforma tributária, a reforma política, a reforma educacional. Não avança nem a pauta da redução da jornada para 40 horas.

247 - Os números sobre desapropriações no atual governo são os mais tímidos dos últimos 20 anos. Ainda há condições para a atual presidente Dilma fazer mais e melhor? Como?

STÉDILE - Temos apresentado ao governo uma pauta com a necessidade social de emergência, que é resolver o problema dos acampados. Há mais de 80 mil famílias do MST que estão acampadas debaixo de lona preta, algumas desde o início do governo Lula. É preciso fazer desapropriações de latifúndios improdutivos, como manda a Constituição, para assentar as famílias nessas condições. Há mais de 120 milhões de hectares improdutivos no cadastro do Incra. Então, basta cumprir a Lei, e enfrentar os interesses políticos dos latifundiários presentes em todas as esferas.

O governo precisa priorizar o assentamento dessas famílias nos projetos de irrigação no nordeste. O governo diz que terá 200 mil hectares irrigados. Ora, só ali se poderia colocar 100 mil famílias.

Há também o tema do limite que o Brasil precisa colocar na compra de terras por estrangeiros. O governo precisa dar um sinal claro nesse sentido.

Por exemplo, o sr Dantas comprou em apenas três anos mais de 600 mil hectares de terras em diversas fazendas no sul do Pará, com recursos de fundos de investimentos dos americanos. Com isso, é claro que vai se agravar os conflitos pela terra no sul do Pará. O governo precisa interferir e sinalizar, que não vai tolerar a concentração da propriedade da terra por capitais especulativos estrangeiros.

247 - Quais são as metas mais importantes a serem cumpridas no setor de reforma agrária, pelo governo, este ano, segundo o ponto de vista do MST?

STÉDILE - Resolvido o problema emergencial das famílias acampadas, que é um problema social - diante de um governo de composição que impossibilita uma reforma agrária estrutural combinada com um projeto de desenvolvimento nacional - precisamos então desenvolver políticas públicas, que consigam favorecer a produção de alimentos, saudáveis, e a agricultura familiar. Assim, desenvolver um novo modelo agrícola de produção, que gere emprego e renda para os trabalhadores.

O agronegócio como modelo de produção é concentrador da terra e da produção. Produz só na base do monocultivo, desequilibrando o meio ambiente, e só produz com muito veneno.

Nós queremos e apresentamos ao governo propostas de programas que incentivem a produção de alimentos saudáveis, para o mercado interno, e sem uso de agrotóxicos.

Programas que garantam a compra da produção dos agricultores familiares. Programas que levem a instalar pequenas agroindústrias em todos os municípios e povoados do interior, como forma de beneficiamento dos alimentos, geração de empregos para a juventude.

Assim vamos fixar a população no meio rural, distribuindo renda e melhorando a vida da população do meio rural. Não apenas de meia dúzia, como faz o agronegócio, que dá lucro para apenas 1% da população do meio rural.

247 - O sr, tem criticado os técnicos do governo. É possível superar a barreira de burocracia? O entendimento está melhor hoje ou pior do que antes?

STÉDILE - Há uma burocracia instalada no Estado brasileiro, que é um aparelho organizado apenas para beneficiar os ricos, a burguesia. Então, pela lógica normal de funcionamento dele, todos os programas que se destinam aos pobres, aos trabalhadores, esbarram nessa burocracia, que é de classe.

Por isso, há programas bons que acordamos com o centro de governo e depois não chegam aos trabalhadores. Por exemplo: em abril de 2011, a Presidenta deu a ideia e determinou que para resolver o passivo das 180 mil casas que faltam nos assentamentos, a maneira mais barata e rápida seria enquadrá-los no programa "Minha casa, minha vida", da Caixa.

Nós achamos muito interessante. Era uma ótima alternativa. Até hoje, passados dois anos, não saiu ainda a portaria, que é uma página de ofício A4, que qualquer funcionário

poderia digitar e o ministro das cidades assinar, para que a CAIXA possa implementar. Então, o resultado é que 180 mil famílias tem terra, mas continuam morando em barracos.

Na área do crédito rural, da mesma forma. Já provamos: o PRONAF só atende os pequenos agricultores remediados. Por isso, não consegue ultrapassar o patamar dos 25% do total de pequenos. Entre os assentados, 8% deles tiveram acesso. Com isso, precisamos planejar outro formato de crédito rural para os camponeses mais pobres. Poderia ser vinculado à compra antecipada da CONAB, que seria mais prático e vinculado à produção.

Outro exemplo é a comercialização dos alimentos. Durante o governo Lula tivemos duas conquistas importantíssimas. Uma foi garantir que 30% de toda merenda escolar em todo país fosse abastecida por produtos da agricultura familiar do próprio município. A outra foi o programa de compra de alimentos pela CONAB, que depois destina a entidades ou serviços públicos, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

Esses programas são ótimos e necessários. Mas esbarram na falta de recursos (só porque é para pequeno..) e na burocracia, falta de servidores e má vontade dos gestores na ponta.

Resultado: de um universo de 4 milhões de pequenos agricultores que poderiam se beneficiar, com a lei existente, menos de 300 mil tem acesso.

Então, a Presidenta vai ter que mexer nos métodos administrativos e na vontade política do segundo escalão.

247 - Qual a importância do Programa da Agroindústria?

STÉDILE - O programa de agroindústria para os assentamentos é fundamental. É a principal forma que temos de instalar pequenas e médias unidades industriais no interior, dentro dos assentamentos. Viabiliza agregar valor aos produtos, aumentando a renda dos assentados, e gerar empregos fora da lavoura, que exigem conhecimento especializado e assim absorvem a juventude do campo.

Com isso, gera novas relações sociais, pois uma unidade de agroindústria precisa ser na forma de cooperação do trabalho, o que muda a cultura e a cabeça das pessoas.

Estamos negociando com o governo há mais de três anos. E somente foi possível uma brechinha, por que encontramos servidores no Incra e no BNDES que tiveram visão política e sensibilidade social. Nesse primeiro passo esperamos implementar pelo menos três projetos de agroindústrias por estado. Mas ainda é muito pouco. Espero que nos próximos anos se formatize um programa mais leve, menos burocrático, mais rápido. Poderia envolver também a Caixa, que é um banco público e tem maior capilaridade por todo território nacional.

Então, vemos esse lançamento do programa como um primeiro passo, para depois avançar para universalizar o seu acesso a todas as áreas de reforma agrária e pequenos agricultores.

A agroindústria é uma necessidade para a geração de renda, fixação das pessoas no campo, com qualidade de vida. Ninguém sai da pobreza produzindo matéria-prima para as empresas do agronegócio e transnacionais ganharem dinheiro, como acontece agora.

247 - E a questão da mecanização agrícola?

STÉDILE - É outra área fundamental para o progresso e o desenvolvimento sustentável. O atual padrão de mecanização da produção agrícola é todo dominado pelas empresas multinacionais e pelo padrão da economia americana, que produz grandes máquinas para grandes áreas buscarem escala econômica e lucro máximo.

Com isso, agridem o meio ambiente e desequilibram a biodiversidade, para ficar com no mínimo 20% de toda a renda agrícola. O estudo de custo de produção da CONAB de todos os produtos agrícolas no Brasil aponta que a indústria de máquinas fica com 20% da renda e outros 20% vão para os fabricantes de venenos. Então, mesmo os fazendeiros são ignorantes e não enxergam que 40% de toda a sua renda está sendo transferida para o capital estrangeiro.

A alternativa é o governo criar uma empresa pública de pesquisa, ciência e tecnologia para novas máquinas agrícolas voltadas para o pequeno agricultor. Seria uma Embrapa das máquinas. E aí os pesquisadores criam os protótipos, para lavração, capina, colheita, beneficiamento, na pequena unidade de produção e a indústria brasileira passaria a multiplicar. Com isso, reduzimos o sacrifício das pessoas e aumentamos a produtividade do trabalho na lavoura.

Espero que a Presidenta tenha visão estratégica sobre a importância de implementar um programa assim.

247 - Qual é o atual estágio do histórico processo de violência no campo? A Justiça está mais eficaz? Os conflitos estão aumentando, se reduzindo ou permanecem nos altos patamares de sempre?

STÉDILE - Na medida em que a sociedade brasileira vai se democratizando e as forças sociais melhoram sua capacidade organização, a truculência dos latifundiários diminui. Por isso, o padrão de violência, de trabalho de escravo, perseguições e assassinatos, tem diminuído. Embora sempre aqui e acolá se repetem vergonhosamente.

Nos últimos dois meses perdemos dois líderes locais, que se dedicavam inclusive à agroecologia, o companheiro Mamede em Belém e o companheiro Cicero em Campos, no Rio. Assassinados, no caso, pelo conluio entre o poder econômico, ávido pela especulação imobiliária.

Há ainda uma impunidade impressionante no Poder Judiciário, que continua como fiel escudeiro dos interesses da burguesia, defendem em primeiro lugar a propriedade de bens materiais, e depois a vida das pessoas. Dos mais de 1600 casos de assassinatos no campo, depois da redemocratização, apenas 80 deles chegaram a júri popular.

Nesse sentido, nossa avaliação é que agora a repressão aos movimentos sociais não é mais pela truculência física. Agora a maior repressão é feita ideologicamente e de forma preventiva. Os autores são o Poder Judiciário, que nos discrimina em todos as questões,

e pela imprensa burguesa. A grande mídia faz uma campanha permanente contra os sem-terra, povos indígenas, sem-terra, quilombolas e contra todos os que fazem luta social. Constroem uma visão distorcida e discriminadora para a população que só vê TV, contra os que lutam.

247 - Hoje, qual é o balanço de resultados da ação do MST? Quantos já são os assentados, quantos ainda precisam de terra? Quanto se está produzindo nos assentamentos, quantos assentamentos ainda não conseguem produzir?

STÉDILE - Apesar da paralisação das desapropriações nos últimos dois anos do governo Dilma - que se não se recuperar, vai colocá-la entre os piores governos nesse quesito, comparado apenas aos governos militares - o balanço histórico é positivo.

Nesses quase trinta anos de redemocratização, mais de 800 mil famílias conquistaram terra, trabalho, escola, moradia digna, alimentação sadia e dignidade. Caso contrário, estariam nas periferias das cidades, enfrentando um inferno.

Por mais que muitas dessas famílias ainda continuem pobres, tem dignidade, tem trabalho e podem educar seus filhos com cidadania.

Nossa linha para o desenvolvimento dos assentamentos prioriza a produção de alimentos e requer uma mudança no modelo tecnológico, com a adoção da agroecologia.

Temos a compreensão de que é processo lento, que depende da consciência das famílias, do trabalho do MST, das políticas públicas e do apoio das entidades da sociedade.

Uma verdadeira reforma agrária, casada com um projeto de desenvolvimento nacional, viabilizará assentar mais de 4 milhões de famílias, que hoje trabalham no campo e recebem os piores salários da sociedade, porque não tem terra. Muitos vivem como assalariados, posseiros, arrendatários e outros estão nas periferias das pequenas e médias cidades, com trabalhos temporários na agricultura.

Há dezenas de teses e pesquisas que comprovam que todas as famílias depois de assentadas, por mais dificuldades que ainda enfrentem, vivem bem melhor do que antes. E sobretudo conquistam a dignidade, que não aparece em estatística nenhuma.

247 - O MST se sente, até aqui, um movimento vitorioso?

STÉDILE - A sobrevivência do MST nesses trinta anos já é uma vitória. Em outros períodos da história política brasileira, os latifundiários e a classe dominante sempre conseguiram destruir todas as formas de organização dos pobres do campo. Ainda estamos longe dos nossos sonhos. Estamos numa etapa de resistência e acúmulo de experiência. E o futuro nos pertence!

O latifúndio, a grande propriedade, a produção em monocultura, os agrotóxicos, a expulsão dos camponeses e a agressão ao meio ambiente, que a burguesia faz no campo buscando apenas o lucro, é o atraso. É o passado.

O futuro, é uma sociedade mais justa, igualitária, produzindo alimentos para todos, saudáveis, sem venenos, em equilíbrio com o meio ambiente, gerando vida digna para todas as pessoas. Esse é o nosso projeto, que será vitorioso!

Incra decide varrer cadastro rural em busca de erros. Rodão Arruda - O Estado de S.Paulo. 04/02/2013

Medida foi anunciada após 'Estado' revelar que o Brasil dos cartórios é 600 mil km² maior do que a dimensão real do território

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) deve realizar, ainda no primeiro trimestre, uma varredura de todas as informações disponíveis de registros de terras no País para corrigir eventuais erros e coibir fraudes. A medida foi anunciada após reportagem do Estado de domingo revelar que a área de terras registradas em cartórios brasileiros é 600 mil km² maior do que a superfície real do País. A diferença equivale a duas vezes o território do Estado de São Paulo.

A autarquia informou ainda, por meio de nota, que está investindo na melhoria do cadastro de imóveis rurais no País e que seus técnicos estão trabalhando em várias frentes, com o apoio do Exército e também do Ministério do Meio Ambiente.

Reportagem do Estado mostrou que as terras registradas em cartórios equivalem a 9,1 milhão de km², enquanto a superfície real do País, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 8,5 milhões de km². Os dados foram levantados pelo Sindicato Nacional de Peritos Federais Agrários.

Uma das providências anunciadas pelo Incra, já em andamento, é a associação de informações do cadastro com a base de mapas do IBGE, para evitar o problema da sobreposição de áreas nos registros em cartório. O cadastro também está sendo cotejado com dados de georreferenciamento.

O Incra não negou a existência de problemas. Mas assegurou que os erros estão sendo corrigidos e que a varredura permitirá identificar os focos críticos de sobrecadastramento e suas razões.

Certificados. A autarquia também informou que foram tomadas providências para diminuir a lentidão na análise dos certificados de propriedade rural - uma das principais causas da existência de grande número de áreas com sobrecadastro.

Até meados do ano passado eram emitidas, em média, 20 certificações de imóveis por dia. Atualmente o número chega a 140.

Com a mudança, o Incra registrou em 2012 o maior número de certificações de imóveis dos últimos oito anos, segundo seus dirigentes. Foram 9.636 imóveis, com uma área total de 23,6 milhões de hectares.

"Em todos esses casos existe a segurança de que os limites não se sobrepõem a outros imóveis e que o georreferenciamento foi realizado conforme as especificações técnicas legais", informou a instituição.

Exército. Os avanços estão relacionados em grande parte à parceria que o Incra mantém com o Exército para serviços de georreferenciamento.

No caso do Ministério do Meio Ambiente foi firmado no ano passado um convênio, no valor de R\$ 5 milhões, para aquisição de imagens de alta resolução, usadas como base apoio para o cadastro.

O Incra também informou que ainda em fevereiro a recepção de informações do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) será automatizada. Isso significa que os técnicos não vão mais protocolar os dados físicos em uma unidade do Incra: eles serão enviados diretamente à base central de dados pela internet.

"O Sigef é uma ferramenta eletrônica criada para enviar, receber, validar, organizar e disponibilizar dados georreferenciados de imóveis rurais", explicou o Incra em sua nota.

"O novo sistema é capaz de analisar sobreposição com o cadastro georreferenciado do Incra e gerar planta e memorial descritivo de forma automática", dia ainda a nota divulgada pelo instituto ontem.

Acervo fundiário. As pessoas interessadas em consultar os dados do acervo fundiário brasileiro - que contém plantas e informações sobre imóveis rurais em todo o País - podem fazê-lo por meio da internet.

As informações estão no endereço acervofundiario.incra.gov.br/i3geo.

No conjunto, abrangem 93% da área dos estabelecimentos agropecuários identificada no Censo Agropecuário de 2006, de 320 milhões de hectares.

Criticada, Dilma propõe parceria ao MST. Rogerio Fischer e Luciano Barros – O Globo. 05/02/2013

Presidente pede que movimento ajude a cadastrar famílias pobres

Ao lançar ontem em Arapongas, no Norte do Paraná, o programa Terra Forte, de apoio à agroindustrialização de assentamentos da reforma agrária, com investimento oficial de R\$ 342 milhões, a presidente Dilma Rousseff propôs ao Movimento dos Sem Terra (MST) uma parceria para o cadastramento de famílias que vivem em extrema pobreza e que não têm acesso a programas como o Bolsa Família. Segundo o governo, são pelo menos 2,5 milhões de pessoas.

Em discurso para cerca de seis mil pessoas no assentamento Dorcelina Folador, em Arapongas, Dilma disse que nos dois últimos anos 19,5 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza e que as demais famílias já cadastradas vão deixar essa situação até março.

- Peço aqui uma parceria com o MST no sentido de assegurar que nós cadastramos, no Bolsa Família e no Brasil Carinhoso, todas as famílias que ainda vivem na pobreza extrema no Brasil. Até o mês de março, nós vamos zerar o cadastro. No nosso cadastro

não vai ter mais ninguém abaixo da pobreza extrema. Mas não podemos ficar satisfeitos apenas em zerar o cadastro. Temos de ir atrás dos que faltam. Ainda há famílias abaixo da linha de pobreza não cadastradas e muitos deles estão em assentamentos - disse Dilma.

Um pouco antes do discurso, a direção do MST entregou à presidente uma carta criticando a política de reforma agrária de seu governo. O documento diz que é necessário retomar a criação de assentamentos, e propõe a desapropriação de latifúndios e uma política de crédito específica para famílias assentadas. Em sua resposta, Dilma afirmou que, em seu governo, "a reforma agrária vai avançar".

Ela afirmou que pretende criar "uma classe média no campo" com investimentos em infraestrutura de produção e serviços básicos para os moradores:

- Vamos criar uma classe média do campo, uma classe média formada por pequenos proprietários, agricultores familiares e integrantes de assentamentos. Não há motivos para esse país, com a quantidade de riqueza que tem, ainda ter pessoas na pobreza.

Mais cedo, em visita ao Show Rural Coopavel, em Cascavel-PR, Dilma disse que, para funcionar, a reforma agrária depende do aporte de tecnologia.

Petista saúda 'grande produtor rural' em encontro com MST - O Estado de S.Paulo. 05/02/2013

A presidente Dilma Rousseff se reuniu ontem em Arapongas, no interior do Paraná, com assentados do programa de reforma agrária do governo e com integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST). Ao lançar o programa "Terra Forte", cujo objetivo é "agroindustrializar" os assentamentos com aporte de R\$ 600 milhões, a petista saudou o senador Blairo Maggi (PR-MT), integrante da bancada ruralista e um dos maiores proprietários de terra do Mato Grosso, antes mesmo de cumprimentar os integrantes do movimento. Dilma chamou Maggi de "grande produtor rural".

O governo da presidente petista é o que menos distribui terra desde quando Fernando Collor de Mello estava no Palácio do Planalto, no início dos anos 1990.

Horas antes do encontro em Arapongas, Dilma repetiu a deferência a Maggi em Cascavel. Ali, porém, estava num evento com produtores rurais. Além do senador mato-grossense, a senadora Kátia Abreu (PSD-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), também estava presente.

A presidente não fez por menos para agradecer a companhia. Dirigindo "um cumprimento especial" aos parlamentares, disse que Maggi tem sido "um exemplo para todos os produtores do Brasil pelo fato de honrar o nosso País na medida em que não apenas produz soja, mas produz uma das questões estratégicas para o País, que é o fato de sermos uma referência na área de alimentos".

De Kátia Abreu afirmou que a senadora "tem sido de fato uma parceira do governo no que se refere a todas as questões relativas ao desenvolvimento do agronegócio, da agricultura, da pecuária e da produção de proteínas no nosso País".

MST critica política de assentamento da atual presidente – Folha de São Paulo. 05/02/2013

Antes do evento que lançou um programa do governo federal direcionado a assentados, o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) distribuiu carta endereçada à presidente Dilma Rousseff com críticas a sua política de reforma agrária.

No texto, o grupo diz que "muito pouco tem sido feito para democratizar" a propriedade da terra no Brasil e que, apesar de os programas do governo para assentados representarem "conquistas importantes", são "muito burocráticos e não têm recursos suficientes para cumprir seus fins".

A carta, assinada pela Direção Nacional do MST, elenca ainda outras dez reivindicações, como um "programa emergencial para assentar as famílias acampadas". Dilma é a presidente que menos desapropriou imóveis para esse fim desde Fernando Collor (1990-1992).

No palco, durante a cerimônia, o representante que falou em nome do MST, Roberto Baggio, amenizou as críticas e elogiou a presidente, mas repassou algumas das reivindicações à Dilma.

"Nós gostaríamos que o Estado brasileiro conseguisse assentar todas as famílias que estão acampadas, nós gostaríamos que isso estivesse no horizonte do próximo período".

A presidente, contudo, foi aplaudida pelos assentados durante a cerimônia. Ao fim de seu discurso, parte deles cantou em coro "Dilma novamente", em referência à disputa de 2014, quando ela deve tentar se reeleger.

Dilma vai usar BNDES na reforma agrária. Fernanda Odilla – Folha de São Paulo 05/02/2013

O governo quer intensificar o uso de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em projetos de áreas desapropriadas para reforma agrária.

A iniciativa ocorre num momento em que Dilma Rousseff é criticada por movimentos sociais por ser um dos presidentes após o fim da ditadura militar que menos desapropriou terras, perdendo só para Fernando Collor.

No BNDES estão em fase de análise, aprovação ou contratação cinco projetos -no valor total de R\$ 96,5 milhões- para os assentamentos.

Entre os projetos há duas propostas de R\$ 30 milhões: uma de qualificação da estrutura produtiva de assentamentos gaúchos e outra de estruturação de empreendimentos produtivos coletivos.

Nos últimos quatro anos, o banco apoiou diretamente cinco projetos com R\$ 16,2 milhões e indiretamente outras 50 propostas com R\$ 6 milhões, em 19 Estados.

Em 2011, por exemplo, uma cooperativa ganhou cerca de R\$ 800 mil para promover a inclusão de famílias assentadas na cadeia produtiva do café com insumos, máquinas e equipamentos, veículos e a construção de uma unidade de beneficiamento do café.

O BNDES diz que apoia projetos dos assentados em razão do grande número de beneficiados e de sua experiência na agropecuária.

Inaugurada ontem por Dilma, a usina de laticínios (iogurte, queijo, doce de leite) de uma cooperativa de mulheres do assentamento do MST em Araçongas (PR) é vista como um modelo. Ela obteve R\$ 8 milhões do BNDES.

Apenas 8% dos assassinatos em conflitos agrários são julgados no Brasil. Camilla Hoshino e Ednubia Ghisi - Terra de Direitos | Site do MST. 06/02/2013

Pelo menos cinco crimes cometidos contra agricultores sem terra ou pessoas ligadas à defesa de direitos dos trabalhadores do campo estão com julgamento previsto para o primeiro semestre deste ano. Entre eles está o assassinato de Sebastião Camargo, camponês morto há quase 15 anos durante um despejo ilegal realizado por uma milícia organizada e financiada pela União Democrática Ruralista (UDR). Nessa segunda-feira (4), mais um acusado de participação no crime vai a júri popular: Augusto Barbosa da Costa, integrante de milícia organizada pela UDR que participou do despejo em 1998.

Apesar de cinco casos estarem próximos de chegar a julgamento e possível condenação dos culpados, a maior parte dos crimes ocorridos neste contexto estão impunes. Pesquisa feita pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 2011 aponta que apenas 8% dos casos de assassinatos ocorridos desde 1985 em conflitos agrários foram julgados pelo menos em primeira instância até abril daquele ano. No Paraná, dos 19 assassinatos ocorridos entre 1994 e 2009, apenas quatro foram julgados.

Para Sérgio Sauer, relator do Direito Humano à Terra, ao Território e à Alimentação da Plataforma Dhesca Brasil, o julgamento e a responsabilização daqueles que violam direitos, principalmente os que dão ordens para os crimes, é fundamental: “O julgamento de um responsável, de um mandante, é a expressão literal da Justiça. Isto precisa ser feito no Brasil, inclusive como um passo para uma sociedade justa, que garante direitos”, garante Sauer, que também é professor da Universidade de Brasília (UnB).

Local do julgamento

Entre os casos previstos para serem julgados está a tragédia conhecida como “Chacina de Unaí”, que motivou a celebração do dia 28 de janeiro como o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Nesta data, em 2004, quatro servidores da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho foram assassinados quando apuravam uma denúncia de trabalho escravo em fazendas do agronegócio, na zona rural de Unaí, noroeste de Minas Gerais.

Apesar de ter sido atribuída à 9ª Vara da Justiça Federal em Belo Horizonte a competência para julgamento do caso, na semana passada a juíza responsável pelo

juízo da Chacina de Unaí, Raquel Vasconcelos Alves de Lima, decidiu encaminhar o processo para a Vara Federal da cidade onde o crime ocorreu.

Além da decisão provocar mais atrasos no processo, a isenção do júri pode ser comprometida devido ao domínio político e econômico das elites locais. O ex-prefeito de Unaí, Antério Mânica, que assumiu o cargo público meses após a Chacina e que foi reeleito em 2008, é um dos acusados como mandante dos assassinatos.

A mesma situação pode ocorrer no caso do Massacre de Felisburgo (MG), que depois de nove anos teve júri marcado para janeiro de 2013, mas adiado em virtude de “pendências jurídicas”. As mais de 80 entidades organizadas em torno do Comitê de Justiça para Felisburgo pressionam as autoridades para que o julgamento aconteça até abril deste ano e que seja realizado, de fato, em Belo Horizonte, já que na comarca de Jequitinhonha o julgamento poderia sofrer influência do poderio econômico e político do réu.

Mandantes não são condenados

O Massacre de Felisburgo aconteceu em 20 de novembro de 2004, quando cinco sem terra foram assassinados e 20 ficaram feridos após um ataque de 17 pistoleiros contra um acampamento localizado em Felisburgo, na região do Vale do Jequitinhonha (MG). O latifundiário Adriano Chafik, proprietário da fazenda Nova Alegria, ocupada havia dois anos por 230 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), confessou a participação na invasão do acampamento. Apesar das evidências da participação do proprietário, passados nove anos, Chafik continua impune.

No caso do crime contra os extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo Silva, com julgamento marcado para 03 de abril de 2013, os mandantes José Rodrigues Moreira e os executores Lindonjonson Silva e Alberto Lopes estão presos. No entanto, o assassinato que ocorreu em maio de 2011, no interior do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranha, município de Nova Ipixuna, Sudeste do Pará, ainda aguarda o julgamento de Gilsão e Gilvan, proprietários de terras no interior do Assentamento, que também teriam participado do crime como mandantes.

A situação se repete em inúmeros casos, inclusive no assassinato de Sebastião Camargo, no Paraná. Apesar de ser apontado por testemunhas como o autor do disparo que matou Camargo, o latifundiário Marcos Prochet, ex-presidente da UDR, não figurava entre os acusados na primeira denúncia sobre o crime, formulada pelo Ministério Público do Paraná em 2000, e só foi incluído no processo em 2001. Prochet também deveria ser julgado na próxima segunda-feira (4), mas usou de uma manobra jurídica para adiar o julgamento. Já Tarcísio Barbosa, tesoureiro da UDR e presidente da Comissão Fundiária da Federação de Agricultura do Estado do Paraná - Faep, ainda não foi denunciado, mesmo havendo provas relevantes contra ele no processo.

Na avaliação de Sauer, o número de mandantes de assassinatos de lideranças rurais que foram a julgamento ou condenados nos últimos anos mostra o descaso do Judiciário no cumprimento da lei: “O Poder Judiciário tem a obrigação de penalizar quem viola direitos. No entanto, a tal morosidade da Justiça - sempre uma lógica de protelar para quem tem poder de protelar - funciona como um mecanismo de impunidade”. De acordo com a pesquisa da CPT de 2011, dos 1.186 casos monitorados pela organização, 94

peças foram condenadas pelo menos em primeira instância, entre elas 21 mandantes e 73 executores dos homicídios.

Grupos de extermínio e milícias

Após quatro anos de apuração, outro caso que está para ser julgado ainda neste primeiro semestre é o assassinato do advogado Manoel Bezerra de Mattos Neto. Integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PE, ele havia denunciado a existência de grupos de extermínio, com a participação de policiais militares, que agiam livremente na região de Itambé.

O caso Manoel Mattos completa quatro anos e foi o primeiro a ser federalizado no Brasil, em outubro de 2010, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O crime ganhou notoriedade na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e abre uma porta para que outros crimes semelhantes, ou seja, atribuídos a grupos de extermínio, também sejam investigados e julgados pela Justiça Federal. Com o caso federalizado, a punição de mandantes e executores também se torna mais possível.

A ação de milícias armadas aparece como uma constante nas investigações dos despejos violentos e assassinatos por conflitos de terra no estado. A maioria dos 19 assassinatos ocorridos de 1994 a 2009 no Paraná tiveram participação dos grupos ilegais, inclusive o de Sebastião Camargo. Investigações feitas pela polícia apontam que as milícias realizavam contrabando internacional de armas, tinha ramificações na Polícia Militar e atuava de forma a impedir investigações dos crimes cometidos, pois contava com a anuência de parlamentares brasileiros. Denúncias dos trabalhadores rurais apontaram para a existência de uma “Caveirão Rural”, veículo blindado de fabricação artesanal, semelhante ao utilizado pela polícia do Rio de Janeiro, utilizado pelos pistoleiros e latifundiários para despejos ilegais.

Dilma: é fundamental o acesso à terra. Mayrá Lima – Site do MST. 06/02/2013

Em discurso proferido em ato político com 5 mil trabalhadores rurais, nesta segunda-feira (4), a presidenta Dilma Rousseff reiterou que “o acesso à terra é fundamental”. A declaração foi dada durante a visita ao assentamento Dorcelina Folador, sede da Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (Copran), em Arapongas (PR).

Durante a visita, a direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entregou uma carta à presidenta. No documento, o MST reivindica o assentamento de todas as famílias acampadas até 2014.

“O exemplo da Copran mostra que a reforma agrária é viável e necessária. Por isso propomos o assentamento de todas as famílias acampadas até o fim de 2014, a garantia da assistência técnica pública, políticas de crédito específicas para as famílias assentadas, universalizar o acesso à educação de qualidade e a criação de um programa para o desenvolvimento das técnicas de produção agroecológica”, disse Roberto Baggio, integrante da direção nacional do MST.

A presidenta inaugurou a agroindústria de laticínios, após percorrer todas as instalações de ordenha e industrialização do leite realizada pelas famílias camponesas. Na ocasião, a presidenta Dilma Rousseff se comprometeu a “levar as práticas da Copran para todo o Brasil”.

“Estamos diante de uma das melhores práticas agrícolas que já vi. O Brasil pode ver na Copran um projeto de primeira. Aqui há um padrão tecnológico de produção de primeira linha. O aumento da capacidade de produção implica em melhoria de renda, que é maior avanço”, disse a presidenta.

Terra Forte

A presidenta lançou ainda o programa Terra Forte, que investirá R\$ 600 milhões para apoiar projetos de agroindustrialização da produção de assentamentos de reforma agrária. O projeto tem o apoio de ministérios, BNDES e Fundação Banco do Brasil. O programa é inspirado na experiência de produção de laticínios da Copran.

“Aqui eu vi a construção de uma vida melhor, por homens e mulheres dedicados, que com seu compromisso de ação cooperada, foram capazes de agregar conhecimento e tecnologia na produção e construir uma vida melhor para seus filhos. Me comprometo a levar as práticas daqui para todo o Brasil. A Reforma Agrária é a democratização à posse da terra. Ela terá resultados melhores se puder ao mesmo tempo mudar os padrões de produção. Hoje vimos que não só pode, como ocorreu. Vi um modelo de cooperação, participação coletiva e a capacidade de organização de todos os envolvidos no projeto. Vi aqui um caminho firme para o Brasil, que transformará nosso país”, pontuou Dilma. A presidenta da República ainda mencionou o compromisso do governo com a ampliação do acesso às políticas tais como o Minha Casa, Minha vida, o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Além de Dilma, participaram da visita à Copran o governador do Paraná, Beto Richa; os ministros da secretaria geral e Agricultura, Gilberto Carvalho e Mendes Ribeiro respectivamente; o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, prefeitos, deputados, além de representantes de movimentos sociais e sindicatos.

Participantes do Terra Forte poderão vender produção ao PAA – Site do MDS. 07/02/2013

Programa lançado pela presidenta Dilma Rousseff vai promover a agroindustrialização de assentamentos da reforma agrária

Cooperativas e associações que participarem do Programa Terra Forte poderão ter o excedente da produção comprado pelo governo federal. A compra será feita por meio do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O investimento vai variar de acordo com a demanda de cada projeto.

Segundo a diretora de Gestão e Acompanhamento do Brasil Sem Miséria do MDS, Janine Mello, o objetivo é incentivar a produção com valor agregado e incluir os

produtores nas diferentes rotas de comercialização, melhorando a vida das famílias que vivem nos assentamentos da reforma agrária. “Programas de incentivo à agroindustrialização são muito importantes para que esses assentamentos consigam alcançar sustentabilidade e tenham autonomia em pouco tempo.”

O Programa Terra Forte, lançado este mês pela presidente Dilma Rousseff, tem por objetivo apoiar a implantação e modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em assentamentos da reforma agrária, criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Com a aplicação dos recursos, em um prazo de cinco anos, espera-se atender cerca de 200 cooperativas e associações (valor médio de R\$ 1,5 milhão por cooperativa) em cerca de 80 projetos, beneficiando diretamente 76 mil famílias.

INCRA e UFG firmam parceria para criação de curso de agronomia para assentados – Site do MDA. 07/02/2013

O Conselho Diretor da Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás (EA/UFG) aprovou a criação de uma turma especial de Agronomia para alunos assentados e filhos de assentados. O curso será realizado por meio de mais uma parceria desta Universidade com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

Na reunião extraordinária, ocorrida na tarde de quarta-feira (6), o Conselho Diretor da EA/UFG também definiu que será formada uma comissão para conduzir a formação do plano pedagógico do curso para os assentados. A proposta inicial é que a turma tenha 40 estudantes e comece as atividades a partir de 2014.

O parecer do relator da proposta de criação da turma especial, professor Wilson Mozena Leandro, considera que a iniciativa leva em consideração o compromisso da Universidade em romper com as barreiras da exclusão social. Na sua avaliação, o curso possibilitará aos agricultores familiares acesso ao conhecimento acadêmico, com um projeto educacional que leva em consideração as particularidades desta parcela de produtores, que é importante na geração de renda, conhecimento e cultura do país.

Participaram da reunião extraordinária do Conselho Diretor da EA/UFG cerca de 50 pessoas, entre professores e representantes de técnicos administrativos e alunos das faculdades de Engenharias Agrônoma, Florestal e de Alimentos. Estavam presentes ainda servidores do Incra, como a coordenadora do Pronera, Clarice Aparecida dos Santos, e membros da Via Campesina – primeira entidade social que apresentou demanda de criação do curso à UFG em 2012.

Parcerias

Incra/GO e UFG já trabalharam juntas na formação de mais de 100 estudantes, que se graduaram em Pedagogia da Terra e Direito. Estes cursos foram encerrados, respectivamente, nos anos de 2011 e 2012. Ambas as turmas foram mantidas por meio de convênios via Pronera.

Violência em Campos (RJ) continua: mais uma militante do MST assassinada – Site do MST. 07/02/2013

Mulher de fibra que sempre contribuiu na militância do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Rio de Janeiro. É assim que a secretaria estadual do MST descreve a produtora rural Regina dos Santos Pinho, 56, assassinada no assentamento Zumbi dos Palmares. Sem contato com a vizinhança desde domingo, seu corpo foi encontrado somente nesta quarta-feira (6).

“É um crime bárbaro. Queremos ressaltar o nível de barbaridade deste assassinato e que as motivações sejam elucidadas. Em princípio não vemos relação direta com a luta pela terra e com o assassinato de Cícero. Mas não podemos descartar nada e nem afirmar nada”, afirmou a dirigente do MST, Marina dos Santos.

O assassinato de Regina ocorre onze dias após a execução de Cícero Guedes dos Santos, 48 anos, líder do MST em Campos dos Goytacazes. Regina foi encontrada em sua residência com um lenço vermelho amarrado no pescoço e seminua.

“Foi uma morte brutal. Ainda não temos mais informações, mas indica que foi crime de violência sexual. No entanto, se trata de uma perda irreparável e este crime deve ser investigado com todo rigor”, consta em uma nota divulgada pela secretaria estadual ontem (6).

Conforme o delegado da 146a DP, Carlos Augusto Guimarães, está descartado o crime de latrocínio (roubo seguido de morte), já que foram encontrados dinheiro e pertences de valor na casa da vítima. Guimarães considera as hipóteses de que tenha ocorrido um crime sexual ou que a morte tenha sido motivada por disputa pela terra. “Não descartamos crime sexual e a questão envolvendo o problema da terra. Não há sinais de luta, nem marca de sangue próximo ao corpo que estava em adiantado estado de decomposição”, afirmou.

Regina atuava no MST há uma década. A polícia foi acionada por vizinhos que estranharam a ausência da militante na missa de Sétimo Dia de Cícero, ocorrida na última segunda-feira (4). Regina e Cícero eram muito próximos e ambos eram referência em agroecologia no assentamento Zumbi do Palmares. Ela foi vista pela última vez no domingo, quando retornou ao assentamento de carona em uma moto. O motorista ainda não foi identificado. Segundo os vizinhos, a assentada morava sozinha e não tinha inimigos.

“Fui informado de que ela voltou de uma praia no domingo de carona com um homem, ainda não identificado, e teria oferecido o combustível em troca da carona. Ninguém aqui o conhece e nem tem informação sobre a moto, nem de que praia foi essa, mas vamos investigar tudo”, disse o delegado Guimarães.

O local do crime foi periciado e o laudo da polícia técnica, com o apontamento da causa da morte, deverá ficar pronto nos próximos 15 dias.

No dia 26 de janeiro, Cícero Guedes foi assassinado com mais de dez tiros em uma estrada de terra, próxima à BR-356, que liga Campos dos Goytacazes a São João da Barra. O funcionário público José Renato Gomes de Abreu, de 45 anos, foi preso em 1º

de fevereiro, acusado pelo assassinato da liderança. A Polícia Civil informou que ele pretendia assumir a liderança do assentamento, com apoio de traficantes que atuam nas imediações.

Agricultora do MST é morta em assentamento em Campos – Folha de São Paulo. 07/02/2013

Uma agricultora integrante do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) foi encontrada ontem morta no assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro.

É a segunda pessoa do movimento assassinada na cidade em menos de duas semanas.

O corpo de Regina dos Santos Pinho foi encontrado dentro de casa com sinais de homicídio, segundo testemunhas.

A vítima estava desaparecida desde segunda-feira, quando deveria ter participado de atividades do assentamento e não compareceu. De acordo com outros assentados, tinha em torno de 60 anos.

Ela vivia no mesmo assentamento de Cícero Guedes dos Santos, liderança do MST, assassinado no dia 26.

O suspeito de ser o mandante do assassinato de Santos foi preso na última semana. A polícia diz que ele queria tomar da vítima a liderança no acampamento da usina Cambahyba.

De acordo com relato de testemunhas, a porta da casa da agricultora tinha sinais de arrombamento. Segundo a Polícia Civil, ela foi encontrada nua e com um pano amarrado no pescoço. O delegado Carlos Augusto da Silva negou que houvesse marcas de facas ou tiros, como afirmaram algumas testemunhas.

Ela vivia sozinha no local, que fica na zona rural de Campos. Regina não tinha cargo de liderança no MST.

Política agrária federal criou 'favelas rurais', diz ministro. Fernanda Odilla – Folha de São Paulo. 09/02/2013

Gilberto Carvalho afirma que Dilma freou processo para repensar o modelo. Distribuição ampla de áreas para sem terra foi tônica das gestões FHC e Lula, de quem Carvalho foi chefe de gabinete.

Responsável no governo pelo diálogo com movimentos sociais, o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) reconheceu ontem falhas na política federal de reforma agrária, dizendo que vários assentamentos se transformaram em "favelas rurais".

"É real e, infelizmente, verdadeiro que no Brasil há muitos assentamentos que se transformaram quase que em favelas rurais", disse Carvalho para justificar a política adotada por Dilma Rousseff, a presidente que menos desapropriou áreas para assentamentos nos últimos 20 anos.

"A presidente Dilma fez uma espécie de freio do processo para um 'repensamento' dessa questão da reforma agrária e, a partir daí, tomarmos um cuidado muito especial em relação ao tipo de assentamento que a gente promove", disse Carvalho.

O ministro foi peça chave nos oito anos de gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), de quem foi chefe de gabinete. Sua fala foi veiculada no programa semanal "Bom Dia, Ministro".

Tanto os governos do tucano Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) quanto os de Lula foram marcados por uma política de intensa distribuição de terras.

Nos dois primeiros anos de Dilma, 86 unidades foram destinadas a assentamentos, número que só supera os de Fernando Collor (1990-1992).

Na avaliação hoje do governo, antes de dar mais terra, é preciso melhorar a qualidade dos atuais assentamentos, tornando-os mais produtivos.

Levantamento do Inbra (Instituto Nacional da Reforma Agrária) indicou que faltam, por exemplo, água, energia elétrica e acesso em muitas áreas destinada para a reforma agrária.

Por meio da assessoria de imprensa, o Inbra disse que desde o ano passado estão em curso mudanças nas ações para os assentamentos, entre elas a integração com programas como o Minha Casa Minha Vida e o Água para Todos.

EMBATE

A nova política de reforma agrária levou a um acirramento de ânimos do governo com movimentos sociais agrários. No início desta semana, o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) protestou contra Dilma e disse que "muito pouco tem sido feito" para democratizar o acesso à terra no Brasil.

Em sua fala no "Bom Dia, Ministro", Carvalho reconheceu os problemas.

"Há realmente uma tensão entre os movimentos de trabalhadores rurais e o governo, uma vez que os movimentos nos criticam pelo baixo índice de assentados nos últimos dois, três anos, final do governo Lula, início do governo da presidente Dilma."

A queda no número de famílias acampadas (esperando lote de terra) enfraqueceu o poder de mobilização dos movimentos sociais agrários. Se eram quase 60 mil famílias acampadas no início do governo Lula, ao final de 2011 eram 3.210.

Para tentar achar uma solução, além de repensar políticas públicas ligadas à reforma agrária, o governo está revendo estruturas administrativas, como as do Inbra -que, segundo diz Carvalho, foi depredado em gestões anteriores às do governo do PT.

O ministro lembrou que na segunda-feira, a presidente Dilma lançou no Paraná o programa Terra Forte, com recursos de diferentes órgãos federais para assentamentos da reforma agrária.

A aposta do governo são financiamentos do BNDES para projetos de agroindústria em assentamentos.

Terras fora da lei – O Estado de São Paulo. 10/02/2013

O cadastro de terras no Brasil não passa de uma ficção. Como mostrou reportagem do Estado (2/2), os imóveis rurais registrados somam 9,1 milhões de quilômetros quadrados - ou seja, o Brasil dos cartórios não cabe no Brasil real, que mede 8,5 milhões de quilômetros quadrados, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa distorção seria apenas folclórica não fosse o fato de denotar absurdo descontrole oficial sobre a propriedade da terra, dando margem a todo tipo de disputa e trazendo insegurança jurídica a uma área estratégica para o País.

Os números que comprovam essa balbúrdia foram colhidos por peritos federais agrários, que obtiveram os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com base na Lei de Acesso à Informação. O levantamento diz respeito à situação de 2011, já que o Incra ainda não fechou os dados do ano passado, mas é o suficiente para se ter uma dimensão bastante real do problema.

O caso emblemático verificado pelos peritos é o de Ladário, em Mato Grosso do Sul. Há 139 imóveis rurais cadastrados no município, somando 397.999 hectares. No entanto, segundo o IBGE, Ladário só tem 34.250 hectares. É como se a cidade tivesse dez andares de terras.

Há várias explicações para o problema, mas a principal delas é a grilagem - quando terras públicas ou alheias são apropriadas por meio de falsificação de documentos de titularidade. Trata-se de uma prática tão antiga quanto o Brasil, com objetivos diversos, desde o esbulho, puro e simples, até a exploração ilegal de recursos naturais do terreno. Antigamente, os grileiros, para provar que eram os legítimos donos da terra há muito tempo, usavam a artimanha de envelhecer o documento falso deixando-o numa gaveta com grilos, donde deriva o nome do crime. Hoje, a artimanha está em desuso: a posse ilegal da terra é obtida por meio de corrupção e tráfico de influência.

Embora generalizada País afora, a grilagem em larga escala concentra-se de forma mais forte no Norte. No Pará, Estado em que 70% das terras são formalmente do Estado e da União, mais de 20% das terras tiveram seu registro fraudado.

A grilagem resulta de uma articulação silenciosa entre várias esferas de poder. Os grileiros não são agricultores pobres que eventualmente tomam posse de um pedaço de terra para sua subsistência, os chamados “posseiros”, e, sim, oportunistas que circulam nos corredores das repartições públicas com desenvoltura garantida pela impunidade. A situação é tão escandalosa que o Conselho Nacional de Justiça chegou a abrir investigação para apurar a ação de juizes suspeitos de ligação com grilagem em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e na divisa entre Bahia e Goiás.

Ademais, não é incomum que a grilagem venha acompanhada de trabalho escravo. Como a terra é "virtual", quem trabalha nela também não tem existência formal e pode ser criminosamente explorado. O Incra calcula que 60% das terras com registro irregular façam uso de mão de obra nessas condições.

Os peritos arrolam uma série de falhas que facilitam a fraude. Os cartórios, por exemplo, registram o tamanho do terreno segundo a declaração de seu suposto dono. Além disso, um em cada quatro municípios tem problemas de sobrecadastramento de terras, graças a irregularidades, erros e precariedade do trabalho de registro.

Há também o problema do subcadastramento, quando a superfície registrada é menor que a real. Segundo os peritos, apenas 4% das terras no Norte estão cadastradas, dando margem a todo tipo de conflito agrário. Para eles, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária deveria dedicar-se exclusivamente à fiscalização fundiária, deixando a reforma agrária para outros órgãos.

O descontrole sobre a terra é ainda mais inaceitável quando se sabe que, hoje, há instrumentos tecnológicos disponíveis para o mapeamento da malha fundiária. Mas o problema obviamente não é técnico. Como disse o perito federal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Fernando Faccio, a única explicação é que "os empecilhos no caminho da modernidade são essencialmente políticos".

Minha Casa, Minha Vida beneficiará assentados da reforma agrária – Site do MDA. 14/02/2013

Os benefícios proporcionados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida aos brasileiros chega agora às famílias assentadas da reforma agrária. A Portaria Interministerial Nº 78 – dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), das Cidades e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) –, publicada nessa quarta-feira (13), inclui as famílias beneficiárias da reforma agrária no Programa Nacional de Habitação Rural, integrante do Minha Casa, Minha Vida. Em 2013, serão atendidas 60 mil famílias entre construção e reforma de casas.

O benefício trazido pela nova portaria é exclusivo para assentados incluídos na relação de beneficiários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), autarquia ligada ao MDA. Foram identificados 909 assentamentos prioritários, com demanda para as moradias. Essas áreas foram priorizadas porque já estão na Rota do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM).

A partir de agora, as superintendências regionais do Incra irão indicar, dentre esses, os assentamentos que serão atendidos em 2013 e 2014 além de orientar os agricultores sobre as regras de acesso ao programa, fomentar o envolvimento das equipes de assistência técnica e fornecer documentos, estudos e mapas necessários à elaboração dos projetos habitacionais.

Prioridade

O Incra vai priorizar a aplicação de recursos de infraestrutura, como abastecimento de

água e construção de vias de acesso, nos assentamentos contemplados com obras do Minha Casa, Minha Vida, em cada ano. Para ser atendido, o projeto das habitações deve ser apresentado por uma entidade organizadora, junto às entidades financiadoras, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

A entidade organizadora é escolhida pelos próprios assentados, podendo ser uma associação, cooperativa ou outra modalidade de organização. Deverá demonstrar capacidade técnica para atuar junto ao Programa Nacional de Habitação Rural. Ela é a responsável pela elaboração dos projetos e de toda mobilização das famílias interessadas. Além da entidade organizadora, que deve ser privada e sem fins lucrativos, os estados e municípios, por meio de suas secretarias de habitação, também poderão propor projetos.

Os assentados contemplados no Minha Casa, Minha Vida serão enquadrados no chamado Grupo 1, que recebe o maior subsídio do programa, de 96% sobre o valor da casa. As famílias beneficiadas vão pagar apenas 4% do valor financiado, em quatro parcelas anuais, no valor médio de R\$ 280,00.

Financiamento

O valor do financiamento é de R\$ 28,5 mil para o Brasil, mais R\$ 1 mil para assistência técnica; R\$ 30,5 mil para a Região Norte (em razão da dificuldade de logística); e R\$ 28,5 mil podendo ser acrescido de até R\$ 2,5 mil, em aporte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para a construção de cisternas, destinado ao Semiárido brasileiro ou outra região em situação de seca.

Para o diretor de Desenvolvimento de Assentamentos do Incra, César Aldrighi, além da agilidade na contratação do projeto e execução das obras, o subsídio do Minha Casa, Minha Vida vai trazer um ganho expressivo para as famílias, já que o valor anual da parcela não vai onerar os beneficiados.

Governo quer assentados menos dependentes, afirma ministro – Folha de São Paulo. 14/02/2013

Gilberto Carvalho diz que preocupação é haver condições adequadas

O ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) afirmou que o governo quer deixar os assentados cada vez menos dependentes de ajuda governamental. Ele é o responsável no governo pelo diálogo com movimentos sociais.

Segundo o ministro, a preocupação do governo é oferecer condições para que as áreas de reforma agrária tenham terra adequada, água, estradas vicinais e estímulos para criação de cooperativas. "É esse o modelo que a presidente Dilma [Rousseff] está trabalhando. Tenho certeza que nos próximos dois anos faremos avanços importantes nessa questão", disse.

Na semana passada, Carvalho reconheceu falhas na política federal de reforma agrária, dizendo que vários assentamentos se transformaram em "favelas rurais".

"É real e, infelizmente, verdadeiro que no Brasil há muitos assentamentos que se transformaram quase que em favelas rurais", disse na ocasião para justificar a política adotada por Dilma, a presidente que menos desapropriou áreas para assentamentos nos últimos 20 anos.

Ontem, o ministro evitou o termo "favela rural". Tentou explicar que queria dar ênfase às políticas para tornar assentamentos autossuficientes. "Eu fui mal entendido por companheiros do movimento quando disse que há muito assentamentos que não estão em condições adequadas", afirmou Carvalho.

Disputa por lotes leva tensão a maior assentamento do RJ. Italo Nogueira – Folha de São Paulo. 14/02/2013

Duas pessoas foram assassinadas em um período de duas semanas no Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes

Em pelo menos um dos casos, a Polícia Civil concluiu haver relação com a disputa de lotes da reforma agrária

A disputa pelo controle de lotes de assentamentos futuros ou já existentes tem produzido um clima de tensão e constantes ameaças no maior assentamento do Rio de Janeiro, relatam movimentos sociais e agricultores.

É no Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes (RJ), no norte fluminense, que viviam duas pessoas assassinadas em menos de duas semanas.

Em ao menos um dos casos, a Polícia Civil concluiu que o crime tem relação com a disputa por lotes da reforma agrária.

De acordo com as investigações, José Renato Gomes de Abreu, 45, suspeito de ser o mandante da morte de Cícero Guedes da Silva, 49, queria incluir famílias no acampamento do MST (Movimento dos Trabalhados Sem Terra) na usina Cambahyba.

Há a expectativa de que a fazenda seja desapropriada em breve. A intenção seria indicar beneficiários de lotes.

Cícero, assentado no Zumbi e um dos líderes do acampamento Cambahyba, tentava impedir a inclusão. O MST afirma que José Renato não integrava o movimento. O suspeito negou à polícia as acusações.

Além da disputa sobre os lotes futuros, produtores rurais afirmam que sofrem ameaças em áreas já desapropriadas para a reforma agrária.

Assentados do Zumbi dos Palmares relatam, sob anonimato, sofrer pressão para vender seus lotes.

Dizem que pessoas armadas insistem em fazer ofertas pelos terrenos -a venda não é permitida em assentamentos do Incra.

Os interessados lembrariam, em tom de ameaça, a insegurança que é viver numa área remota, sem policiamento constante.

Muitos assentados aceitam a oferta, outros abandonam seus lotes, relatam militantes da CPT (Comissão Pastoral da Terra). Força tarefa do Incra concluída ano passado apontou que, dos 507 lotes do assentamento, 17% estavam nas mãos de outros titulares. Os terrenos podem ser retomados e entregues a outras famílias de sem-terra.

A região se tornou alvo da especulação imobiliária em razão da proximidade ao futuro porto do Açú, empreendimento do grupo EBX, de Eike Batista. A duplicação da BR-101 prevê, num dos seus traçados, cortar a área do assentamento, o que torna a região de interesse para investimento logístico.

A Polícia Federal investiga o comércio de lotes. Mas o principal entrave é a falta de depoimentos que comprovem as ameaças. Os assentados temem falar abertamente sobre os casos.

O assassinato de Regina dos Santos Pinho, 56, provocou mais medo no assentamento. A principal hipótese da polícia, porém, aponta para crime de motivação sexual. Mas não está descartada a hipótese de vínculo com o conflito rural.

Segundo relatos, ela foi uma das que recebeu proposta para vender seu lote.

As circunstâncias da morte assustam produtores rurais. Regina foi encontrada dentro de casa em avançado estado de putrefação.

Acredita-se que tenha morrido três dias antes de ser encontrada. Viúva, morava sozinha num lote afastado.

Vulnerabilidade comum entre as centenas de famílias do assentamento.

Ministro detalha portarias que simplificam obtenção de terras para assentamentos – Site do INCRA. 15/02/2013

As novas políticas definidas pelo Governo Federal para simplificar os procedimentos para a obtenção de terras destinadas aos assentados da reforma agrária foram apresentadas, nesta quinta-feira (14), no Palácio Piratini. Em reunião com o governador Tarso Genro, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, detalhou as portarias publicadas pela União, no dia 1º de fevereiro.

Acompanhado por secretários de Estado, o chefe do Executivo destacou a integração dos projetos desenvolvidos no Rio Grande do Sul com os programas do Governo Federal. "Nossa meta é zerar o número de acampados no Estado até 2014". Além das ações em conjunto com a União, o governador afirmou que mais de 90% das propostas apresentadas pelas cooperativas gaúchas para aperfeiçoar as políticas para o setor foram acolhidas pelo Palácio Piratini.

O ministro disse que um grupo de trabalho com técnicos do RS e do Governo Federal irá definir uma estratégia e identificar as principais áreas no Estado que podem acessar

as novas ferramentas. Pepe destacou as políticas implantadas no país para intensificar a reforma agrária. "O objetivo do governador é zerar esses acampamentos. Nós achamos que é possível atingir essa meta por todo esse ambiente macroeconômico favorável, considerando o grande número de famílias assentadas nos últimos dez anos".

Mapeamento

Secretário de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Ivar Pavan afirmou que as novas medidas fortalecem as ações do Governo do Estado. "Esse desafio de zerar os acampados (atualmente em torno de 500 famílias) é perfeitamente factível a partir da nova decisão do ministério de retomar convênios anteriores e colocar recursos para que a gente possa alcançar essa meta. Pretendemos, até 15 de março, fazer um mapa mostrando a demanda necessária de recursos, de áreas de terras, seu custo das terras e, a partir daí, construirmos a proposta".

Pavan destacou que o MDA fez uma atualização do projeto de reforma agrária no Brasil. "A partir de agora, as novas portarias estabelecem que o módulo rural que o agricultor vai receber para ser assentado não será um módulo padrão, como existia até então, será um módulo de acordo com a vocação da propriedade, com a localização da propriedade e com o tipo de produção que será implementado naquele assentamento".

Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes salientou que novas portarias estabelecem parâmetros seguros para a execução da reforma agrária no Brasil. Entre as novidades, Guedes lembrou que todo imóvel destinado a reforma agrária deverá contar com um estudo de capacidade de geração de renda para as famílias assentadas. No RS, os custos por família na região do Pampa estão estimados em até R\$ 90 mil. Nas demais, a União calcula o custo por família em até R\$ 140 mil.

Guedes afirmou que as famílias que estão no cadastro único dos programas sociais do Governo Federal terão prioridade. "Nosso objetivo é que a reforma agrária cada vez mais se associe a uma ideia de combate à pobreza rural e também de melhoria da produtividade. As regiões com baixa produtividade e com presença de pobreza serão as nossas prioridades".

Favelas rurais. Helio Schwartzman – Folha de São Paulo. 15/02/2013

Deu na Folha que o governo Dilma freou o ritmo das desapropriações para fins de reforma agrária, com o objetivo de repensar o modelo. Segundo o ministro Gilberto Carvalho, que sempre foi bastante ligado aos movimentos sociais, muitos assentamentos acabaram se tornando favelas rurais.

É realmente um ponto interessante para refletir. A reforma agrária ainda faz sentido? A resposta é "cada vez menos", porque, se ela finalmente vier, chegará com um atraso fatal.

Em termos de estruturação da sociedade, uma repartição mais equitativa das terras teria sido importante se tivesse ocorrido lá pelos fins do século 19, início do 20, no máximo.

Aí, sim, a criação de uma numerosa classe de pequenos proprietários rurais poderia ter dado uma feição melhor e mais justa ao país.

O problema é que esse é mais um bonde da história que nós desperdiçamos. Agora, em tempos de competição globalizada e emprego intensivo da tecnologia e da ciência, a agricultura é uma atividade que tende a exercer-se com tanto mais eficiência quanto mais mecanizada for e em maiores extensões de terra ocorrer. O número de pessoas exigido para o cultivo deverá ser cada vez menor.

Isso não significa necessariamente que precisamos abandonar qualquer ideia de reforma agrária, mas é preciso mudar sua justificativa. Ela deixa de ser um projeto estratégico de modernização do campo e constituição de uma classe média rural para converter-se num programa social, que dá renda e ocupação a um setor marginalizado da sociedade.

Esse novo enquadramento tem, é claro, implicações. É preciso refazer as contas e eventualmente reequacionar as verbas dedicadas aos diferentes programas sociais. Afinal, não há justificativa moral para gastar mais com pobres rurais que com pobres urbanos, ainda mais num país que já tem quase 85% de sua população vivendo em cidades e segue em acelerado processo de urbanização.

As 'quase favelas rurais' - O Estado de S.Paulo. 18/02/2013

A constatação, pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, de que assentamentos de trabalhadores sem-terra feitos pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) transformaram-se em "quase favelas rurais" é contundente, mas também de uma exatidão acima de qualquer dúvida. Como não podia deixar de ser, ela provocou duras críticas dos principais interessados no aumento do ritmo desses assentamentos. Alexandre Conceição, da coordenação nacional do Movimento dos Sem-Terra (MST), retrucou que a expressão é o mero reconhecimento de que o governo Dilma Rousseff não os apoia. "O termo favela rural é extremamente pejorativo e irresponsável", disse Willian Clementino, secretário de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Este acrescentou que a vida dos assentados não é fácil, mas eles não podem ser comparados com favelados, pois, ao se tornarem donos das terras, deixam de depender de programas sociais desde que tenham acesso à assistência técnica e crédito de produção.

A redução do ritmo da desapropriação de terras para servirem de assentamento a sem-terra é óbvia: de acordo com o Incra, nos dois primeiros anos de governo, o ex-presidente tucano Fernando Henrique assentou 105 mil famílias. Tendo recebido o apoio dos movimentos sociais à sua eleição, seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, ultrapassou essa marca, tendo assentado em igual período de gestão 117,5 mil. Até agora, o governo Dilma está mantendo uma média de 22.552 famílias assentadas por ano, mais ou menos um terço da média dos dois governos anteriores: 67.588 no primeiro e 76.761 no segundo. Esta queda acompanhou a diminuição do número de invasões: em 2012, a Ouvidoria Agrária Nacional registrou 176 invasões de terra no País. Durante os dez anos sob Lula e Dilma, 2.344 propriedades rurais foram invadidas, um total inferior às 2.462 nos oito anos da gestão tucana.

Encarregado pela chefe de tratar com os movimentos sociais, o ministro Carvalho reconheceu o aumento de tensão no setor por causa da redução do índice de assentados na segunda metade do segundo governo Lula e na primeira do governo Dilma. "Há, de fato, uma questão muito séria: nós não podemos fazer mais assentamentos em terras que não têm condições de permitir o desenvolvimento de uma agricultura que tenha viabilidade naquela região", disse ele. A constatação é confirmada pelo especialista José Maria Silveira, da Unicamp. Segundo ele, o governo enfrenta o problema da valorização da terra, motivada pela rentabilidade crescente da agricultura. A maioria dos assentamentos fica nas Regiões Norte e Nordeste, onde a má qualidade do solo e do clima dificultam o cultivo. "No Ceará, no lugar de explorar babaçu, assentados cortaram as árvores para vender para construção civil, porque não conseguiam explorar de forma sustentável. Muitos assentados desmatam e criam gado, porque é mais fácil vender um animal", explicou o professor.

"Só terra não resolve o problema. A desapropriação é um grande passo, mas precisa ser acompanhada de um conjunto de medidas, de infraestrutura e assistência técnica e compra da produção", reclamou Conceição, do MST. Ainda que ele tenha razão, a tarefa de segurar o homem na terra, principalmente o jovem, é hercúlea, se não impossível, para o governo enfrentar. No Rio Grande do Sul, onde a terra é mais fértil que no Norte e no Nordeste, o Incra calcula que 70% dos descendentes de assentados não ficam no campo. O MST e a Contag exigem medidas urgentes para evitar o esvaziamento da força de trabalho. Seria remar contra uma maré poderosa: de 2000 a 2010, segundo o IBGE, a população rural brasileira diminuiu 6% e a urbana cresceu 17%.

O freio determinado por Dilma para criar assentamentos, reconhecido pelo ministro Carvalho, obedece à lógica mais racional. Em vez de criar novos assentamentos, é preferível adotar programas de desenvolvimento agrícola para os existentes e incentivar o agronegócio, que está longe de ser uma "ilusão", como Conceição, do MST, diz que é.

Reformar a reforma ou o Incra? Antônio Márcio Buainain – O Estado de S. Paulo. 19/02/2013

A imprensa tem noticiado que o governo federal está discutindo mudanças estruturais no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que teriam como objetivo conter o loteamento político e melhorar a eficiência operacional, considerada baixa.

O Incra não difere de muitas instituições públicas que envelheceram e foram corroídas por forte corporativismo, que impede a atualização de objetivos, conceitos e práticas e anula boa parte do efeito renovador do ingresso de milhares de jovens no serviço público nos últimos anos. A verdade é que nos dez anos de administração hegemônica do PT não há exemplo de enfrentamento do corporativismo em que as propostas do governo tenham sido aprovadas sem emendas que pioram o soneto. Por isso não será fácil mudar a estrutura e a cultura dominante no Incra.

Um dos focos das mudanças seriam as superintendências, cujo loteamento político tem produzido intensos conflitos na base aliada do governo nos Estados. Algumas operam como feudos quase à margem do comando de Brasília, negociando acordos e fazendo promessas inalcançáveis, estimulando a ação dos remanescentes dos sem-terra para

pressionar o governo a realizar novas intervenções agrárias que fortalecem politicamente as administrações locais junto de certos movimentos sociais. Vez por outra as superintendências são protagonistas de "problemas administrativos" que exigem intervenções "saneadoras" do poder central. Não está claro que arranjo institucional poderia ser usado para conter esses desvios. A estadualização não é uma alternativa real, até porque a desapropriação para fins de reforma agrária é prerrogativa da Presidência da República, e poucos Estados têm interesse e condições para assumir responsabilidades de implementar projetos de assentamento. A descentralização, com maior envolvimento das prefeituras, tampouco representaria solução duradoura para os problemas.

Os assentamentos estão concentrados em municípios pobres, que não têm capacitação para cumprir com mandatos constitucionais básicos na área de educação, saúde e infraestrutura nem como porta de entrada ao Sistema Único de Assistência Social (Suas). Transferir funções a esses municípios por meio de convênios com o governo federal tem sido fórmula certa de fracasso. Passada a lua de mel, na qual os municípios recebem parte do enxoval (recursos financeiros, equipamentos, cursos e intenso vaivém de funcionários), começam os problemas de manter um casamento apressado e sem comunhão de objetivos. Vêm as prestações de contas, os recursos federais atrasam, falta dinheiro para o combustível e manutenção das máquinas, os contratos temporários dos técnicos terminam, os prefeitos viajam a Brasília, mobilizam seus deputados, que em geral renovam promessas que não podem cumprir, e ao final de pouco tempo todos perdem o interesse e o assunto cai no abandono, até surgir oportunidade para um novo casamento, com objetivos modificados, mas nas mesmas bases contratuais: um finge que transfere recursos e poder, outro finge que aceita e se empenha, ambos capitalizam durante a lua de mel e se acusam nos momentos de crise sabendo que vão repactuar mais adiante.

A notícia da reforma é boa, e já vem mais do que tarde. O Incra foi criado no regime militar para realizar uma reforma que, nos termos propostos e até hoje vigentes, se tornou desnecessária, anacrônica e até incoerente - para usar termo polido - do ponto de vista do País. Seria preciso, pois, repensar a própria reforma antes de reformar o Incra. Não é suficiente assentar menos e indicar que a prioridade agora é melhorar a qualidade dos assentamentos existentes. É preciso repensar o papel dos assentamentos rurais no Brasil de hoje, onde e em que condições se justificam, quem é o público beneficiário, quais as responsabilidades do Estado e que instrumentos pode e deve legitimamente mobilizar para cumprir sua parte. É preciso pensar se o País precisa de fato de um Incra. Antes de responder a essas questões, qualquer reforma será só uma maquiagem ligeira que dificilmente trará maiores benefícios ao País.

Antônio Márcio Buainain é professor de Economia da Unicamp.

Martinho da Vila: "Tem de dar um jeito de botar Reforma Agrária". Raphael Gomide – Site do MST. 20/02/2013

Um dos autores do enredo e do samba, Martinho admitiu que sugeriu e defendeu a presença de “reforma agrária” no samba-enredo.

O tema era agricultura e campo, e o compositor contou que deu a ideia e firmou pé para incluir a expressão na letra da música.

Martinho é filiado desde 2005 ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil), que há décadas prega a reforma agrária no País, mas afirmou que isso não teve nenhuma relação com sua demanda inicial.

“Não fica legal a gente falar de campo e não falar de reforma agrária. [Não é por eu ser filiado ao PCdoB], independentemente disso, é uma relação direta [entre campo e reforma agrária]: se você for fazer uma reportagem sobre o tema, vai ter de citar. Acharam que não era legal, porque a diretoria pediu para não caminhar para o campo político, e sim falar de festa, trabalho”, contou Martinho.

Impasse

Como disse em entrevista ao Fantástico, da TV Globo, o sambista chegou a condicionar sua permanência na equipe de músicos à inserção da expressão na letra. O ultimato gerou impasse de um dia no grupo de compositores, que incluía, além de Martinho, seu filho Tônico da Vila, Arlindo Cruz, Leonel e André Diniz.

“Eu dizia: Tem de botar reforma agrária. Não acharam que era legal. Eu disse: ‘Tem que ser por aí, senão não vou participar.’ O impasse durou de um dia para o outro, a gente se falava pelo telefone, por e-mail”, contou Martinho, que já fez seis enredos e 11 sambas-enredos na carreira.

Acabou convencido de substituí-la por “partilhar” a terra. “Eu insisti: ‘Não dá [para não citar reforma agrária]. Tem de dar um jeito de botar reforma agrária... Aí o André [Diniz, compositor] teve a solução: ‘partilhar’, que é distribuir. É preciso investir, conhecer, partilhar, proteger a terra”, disse, satisfeito.

O sambista negou que tenha havido veto ou interferência do patrocinador, a Basf, à expressão “reforma agrária” no samba da Vila Isabel. Segundo ele, outra exigência sua foi a de evitar citar o nome do patrocinador ou falar diretamente de produtos que pudessem ser relacionados à empresa.

“Eu mesmo ajudei a formular o enredo. A ideia era falar de uma grande festa, não de trabalho com sofrimento. Não teve nada a ver com patrocinador [a não-inclusão de ‘reforma agrária’]. Eu também coloquei: não vamos falar de patrocinador, agrotóxico, industrialização, transgênicos. Fui um dos responsáveis pelo enredo. Formalizamos a sinopse do enredo, falando de campo, trabalho, festa, religiosidade”, explicou.

O resultado foi um samba-enredo de fato alegre, elogiado e cantado com entusiasmo pelos componentes durante o desfile que sagrou a Vila Isabel campeã do Carnaval de 2013.

Veja abaixo o resultado final da letra dos compositores Arlindo Cruz, Martinho da Vila, André Diniz, Tônico da Vila e Leonel.

Enredo: "A Vila canta o Brasil, celeiro do mundo: "Água no feijão que chegou mais um"

Isabela Kassow

Michelle Fernandes, da Vila Isabel , é a Passista iG Rio 2013

O galo cantou

Com os passarinhos no esplendor da manhã
Agradeço a Deus por ver o dia raiar
O sino da igreja vem anunciar
Preparo o café, pego a viola, parceira de fé
Caminho da roça, e semear o grão...
Saciar a fome com a plantação
É a lida...
Arar e cultivar o solo
Ver brotar o velho sonho
Alimentar o mundo, bem viver
A emoção vai florescer
Ô muié , o cumpadi chegou
Puxa o banco, vem prosear
Bota água no feijão já tem lenha no fogão
Faz um bolo de fubá
Pinga o suor na enxada
A terra é abençoada
Preciso investir, conhecer
Progredir, partilhar, proteger...
Cai a tarde, acendo a luz do lampião
A lua se ajeita, enfeitada a procissão
De noite, vai ter cantoria
E está chegando o povo do samba
É a Vila, chão da poesia, celeiro de bamba
Vila, chão da poesia, celeiro de bamba
Festa no arraiá,
É pra lá de bom
Ao som do fole, eu e você
A Vila vem plantar

Felicidade no amanhecer

Festa no arraiaí,

É pra lá de bom

Ao som do fole, eu e você

A Vila vem colher

Felicidade no amanhecer

Terra Forte: Incra lança edital para seleção de projetos de agroindustrialização em assentamentos – Site do INCRA. 22/02/2013

Já está no site do Incra o edital de seleção de pré-projetos do programa Terra Forte. O Edital nº 01 selecionará projetos de cooperativas, associações de assentados e coletivos interessados em aprimorar a sua produção, promover a agroindustrialização e a comercialização de seus produtos.

A iniciativa é o primeiro passo para aprimorar a agroindustrialização em assentamentos, apoiar a verticalização de cadeias produtivas de assentados da Reforma Agrária e dar ferramentas de comercialização.

Com o edital as entidades representantes de coletivos e associações de assentados podem inscrever de 1º de março até 30 de abril, para utilizar os recursos do Incra, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Fundação Banco do Brasil (FBB) que destina R\$ 300 milhões para projetos de agroindustrialização em todas as regiões do Brasil.

Conheça o Programa Terra Forte

Objetivo geral: Implantação e/ou modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, criados ou reconhecidos pelo INCRA, em todo o território nacional.
Objetivos específicos:

- Apoiar a elaboração de projetos e a implantação de empreendimentos coletivos agroindustriais e de comercialização da produção dos assentados da reforma agrária;
- Apoiar a adequação, ampliação, recuperação e/ou modernização de agroindústrias da produção agropecuária e extrativista;
- Apoiar a elaboração de projetos de adequação e regularização sanitária de produtos de agroindústrias de assentamentos da Reforma Agrária;
- Apoiar a estruturação de circuitos de comercialização;
- Viabilizar a organização e a regularização jurídica dos empreendimentos produtivos coletivos; e

- Viabilizar as condições e opções de geração de trabalho e renda para os assentados da reforma agrária.

Beneficiários: São participantes do programa as famílias de trabalhadores rurais assentadas em Projetos de Assentamento criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, regularmente cadastradas no órgão e organizadas em cooperativas ou associações. Os investimentos serão realizados em favor de cooperativas/associações de produção e/ou de comercialização.

Vigência: O programa terá a vigência de 5 anos, podendo ser renovado pelo mesmo período a critério dos parceiros. Valor: R\$ 300 milhões, sendo R\$ 150 milhões do BNDES, R\$ 20 milhões da Fundação e R\$ 130 dos demais parceiros (BB, MDA, MDS, INCRA e CONAB), a serem aplicados no decorrer de 5 anos (investimento anual de R\$ 60 milhões).

Governança: Para efetuar a gestão e governança do Programa serão constituídos dois Comitês: Gestor Nacional (estratégico) e Comitê de Investimentos (operacional), com a seguinte composição: BNDES, FBB, BB, MDA, MDS, INCRA e CONAB (Membros Titulares, com poder de decisão), e outras instituições públicas e privadas como Membros Convidados e/ou Consultivos.

Escritório de Estudos e Projetos: Para elaborar os projetos de viabilidade econômico-financeira, será criado um Escritório de Estudos e Projetos, a ser conduzido pela UNISOL BRASIL em parceria com o DIEESE, que terá a responsabilidade pela elaboração dos estudos técnicos, com base no Guia Referencial para Análise de Empreendimentos da Economia Solidária.

Chamada Pública: Para constituir uma carteira de projetos a serem atendidos pelo Programa, será realizada uma Chamada Pública de Projetos, Chamamento Público para seleção de propostas que promovam a redução das desigualdades, a inclusão social e o desenvolvimento territorial, por meio do apoio a empreendimentos produtivos vinculados a assentamentos da reforma agrária, criados ou reconhecidos pelo Incra:

Resultados esperados: Com a aplicação desses recursos (R\$ 300 milhões), espera-se atender a aproximadamente 200 cooperativas e associações (valor médio de R\$ 1,5 milhão por cooperativa) e beneficiar aproximadamente 20.000 famílias (100 famílias por cooperativa).

Vice-presidente da CNA coordenará grupo de trabalho sobre questões fundiárias – Site da CNA. 22/02/2013]

O vice-presidente executivo da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Fábio de Salles Meirelles Filho, foi nomeado pelo presidente em exercício da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Luiz Carlos Heinze, coordenador do Grupo de Trabalho sobre Questões Fundiárias da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). O grupo ficará encarregado de auxiliar deputados e senadores nos debates sobre o tema no Poder Legislativo. A iniciativa faz parte das ações prioritárias da FPA para 2013, com o objetivo de construir uma agenda positiva para o fortalecimento do setor.

O grupo será responsável por fornecer aos parlamentares as informações necessárias sobre questões fundiárias, indígenas e quilombolas, entre outros assuntos, para promover a defesa dos produtores e das atividades rurais junto ao Congresso Nacional e ao Governo federal.

Suspensão dos processos de demarcação de terras indígenas – Site da CNA. 22/02/2013

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, reuniu-se ontem (21/02), no Palácio do Planalto, em Brasília, com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para pedir a suspensão dos processos de demarcação de terras indígenas até que sejam julgados todos os embargos declaratórios do caso Raposa Serra do Sol.

Participaram da reunião os presidentes das Federações de Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (FAMASUL), Eduardo Riedel, e do Paraná (FAEP), Ágide Meneguette, e os presidentes dos sindicatos rurais de Tacuru (MS), Maria Neide Casagrande Munaretto; de Iguatemi (MS), Hilário Parisi; e de Amambai (MS), Diogo Peixoto. O prefeito de Iguatemi, José Roberto Felipe Arcoverde, e o senador Waldemir Moka também integraram a comitiva liderada pela senadora Kátia Abreu.

Para a presidente da CNA, o julgamento dos embargos declaratórios poderá acontecer ainda neste semestre, visto que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem trabalhado com muita celeridade para analisar e julgar os casos que chegam à Suprema Corte do País. Na segunda-feira (25/02), um documento com o mesmo pedido será protocolado no Ministério da Justiça. O documento foi assinado por mais de 50 entidades que representam o setor agropecuário.

Lançado edital para projetos de agroindustrialização em assentamentos – Site do MDA. 25/02/2013

O programa Terra Forte lançou edital de seleção de pré-projetos para implantação e modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária em todo o País, justamente os objetivos principais do programa. Esses projetos devem ser criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), autarquia ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O Edital nº 01 selecionará projetos de cooperativas, associações de assentados e coletivos interessados em aprimorar a produção, além de promover a agroindustrialização e a comercialização de seus produtos. A iniciativa é o primeiro passo para aprimorar a agroindustrialização em assentamentos, apoiar a verticalização de cadeias produtivas de assentados da Reforma Agrária e dar ferramentas de comercialização.

Com o edital as entidades representantes de coletivos e associações de assentados podem inscrever-se de 1º de março a 30 de abril, para utilizar os recursos do Incra, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Fundação Banco

do Brasil (FBB) que destina R\$ 300 milhões para projetos de agroindustrialização em todas as regiões.

Conheça o Programa

O programa Terra Forte tem como objetivos específicos: apoiar projetos e a implantação de empreendimentos coletivos agroindustriais e de comercialização da produção dos assentados da reforma agrária; apoiar a adequação, recuperação e ampliação, modernização de agroindústrias da produção agropecuária e extrativista; apoiar projetos de adequação e regularização sanitária de produtos de agroindústrias de assentamentos da Reforma Agrária; apoiar a estruturação de circuitos de comercialização; viabilizar a organização e a regularização jurídica dos empreendimentos produtivos coletivos; e viabilizar as condições e opções de geração de trabalho e renda para os assentados da reforma agrária.

Os beneficiários são famílias de trabalhadores rurais assentadas em projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo Incra, cadastradas no órgão e organizadas em cooperativas ou associações. Os investimentos serão em favor de cooperativas/associações de produção e/ou de comercialização.

O programa terá a vigência de cinco anos, podendo ser renovado pelo mesmo período a critério dos parceiros. O valor é de R\$ 300 milhões, sendo R\$ 150 milhões do BNDES, R\$ 20 milhões da Fundação Banco do Brasil e R\$ 130 milhões dos demais parceiros (MDA, MDS, Incra, Conab e Banco do Brasil), a serem aplicados nesses cinco anos, com investimento anual de R\$ 60 milhões.

Chamada pública

Com a aplicação dos recursos (R\$ 300 milhões), espera-se atender a 200 cooperativas e associações (valor médio de R\$ 1,5 milhão por cooperativa) e beneficiar aproximadamente 20 mil famílias (100 famílias por cooperativa).

Para constituir uma carteira de projetos a serem atendidos pelo Programa, será feita uma Chamada Pública de Projetos para seleção de propostas que promovam a redução das desigualdades, a inclusão social e o desenvolvimento territorial, por meio do apoio a empreendimentos produtivos vinculados a assentamentos da reforma agrária, criados ou reconhecidos pelo Incra

Confira o edital.

Mapa e MMA firmarão acordo para a regularização rural – Site do MAPA. 26/02/2013

Caberá à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo coordenar as ações de competência do Ministério da Agricultura previstas no acordo de cooperação técnica

A promoção e o apoio à regularização ambiental de imóveis rurais, por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR), caminha a passos firmes e será celebrada a partir de

um acordo de cooperação técnica entre os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e do Meio Ambiente na primeira quinzena de março. A Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) coordenará as ações de competência do Mapa previstas no acordo.

Caberá aos ministérios desenvolver ações conjuntas para executar as metas do CAR. Ao Mapa, compete, por exemplo, disponibilizar informações sobre os imóveis rurais brasileiros, para fins de monitoramento ambiental das áreas rurais, apoiar a mobilização de proprietários e posseiros rurais visando a inscrição no CAR e a adesão ao Programa de Regularização Ambiental, no âmbito do Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC). Já o ministério do Meio Ambiente, entre outras atribuições, dará apoio técnico e logístico ao Mapa e às instituições habilitadas.

Para o secretário da SDC, Caio Rocha, o Cadastro Ambiental Rural servirá para estratificar as propriedades. “Será uma ferramenta importante para que possamos elaborar as políticas agrícolas nas diferentes regiões do País”, destacou. Ainda no âmbito da agricultura, o acordo também é fundamental para a ampliação do Plano ABC, ou seja, para que mais produtores tenham acesso ao crédito. Isso porque se o produtor não estiver com sua propriedade regularizada, não terá acesso às linhas de financiamento disponibilizadas pelas instituições financeiras. No Plano Agrícola e Pecuário 2012/13, o Governo disponibilizou R\$ 3,4 bilhões de recursos para fomentar o ABC no País, destes, entre julho e dezembro de 2012, foram tomados R\$ 1,7 bilhão pelos produtores rurais brasileiros.

“A terra ainda é sinônimo de poder no Brasil”, afirma Sérgio Sauer. Viviane Tavares - Brasil de Fato | Site do MST. 26/02/2013

O professor do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília (UnB) e relator do Direito Humano à Terra, ao Território e à Alimentação (Plataforma Dhesca Brasil), Sérgio Sauer avalia o avanço do governo de Dilma Rousseff em relação à reforma agrária como pífio e defende que a violência sofrida por militantes de movimentos sociais ligados à reforma agrária é originada por dois principais motivos: a concentração de terra e a impunidade.

Confira a entrevista:

O que é e o que faz a Plataforma Dhesca Brasil?

A Plataforma Dhesca é uma rede de entidades e movimentos - mais de 40 ao todo - que lutam em prol dos direitos humanos nas mais diferentes áreas, como por exemplo, direitos territoriais (de povos indígenas e comunidades quilombolas), igualdade de gênero e raça, direitos reprodutivos e de opção sexual, direitos ao meio ambiente, direito à alimentação adequada, entre vários outros. São organizações da sociedade civil espalhadas por todo o país que, a partir de noções como a indivisibilidade dos direitos humanos, se unem para denunciar violações e em ações de incidência buscando evitar tais violações.

Além das atividades e lutas de cada organização e movimento social, a Plataforma criou um trabalho feito por relatores nacionais de direitos humanos. Inspirando-se nas práticas

dos relatores independentes das Nações Unidas, a Plataforma concebeu e implantou essas relatorias, que são uma experiência única. Essas possuem reconhecimento de órgãos governamentais e de entidades da ONU, que participam do processo de escolha dos relatores e relatorias, que cumprem um mandato de dois anos. São especialistas, pessoas voluntárias que se dispõem a fazer incidências em casos de violações.

Atualmente, a Plataforma conta com cinco relatorias, sendo: direito à terra e território, direito ao meio ambiente, direitos sexuais e reprodutivos, direito à educação e direito à cidade. Uma das principais atividades das relatorias é a realização de missões para averiguar e fazer incidência local e em órgãos nacionais responsáveis em casos de violações de direitos humanos. Estas missões geram relatórios que são usados para efetivar as denúncias, divulgar os problemas, violações etc.

Baseado no relatório desenvolvido por vocês, quais áreas são mais críticas atualmente?

Como Relator do Direito Humano à Terra, ao Território e à Alimentação, posso apontar muitas violações em relação aos direitos humanos, especialmente o não cumprimento dos direitos territoriais indígenas. Apesar da excelente atuação do Executivo Federal na desintrusão [retirada dos não-índios] das terras Xavantes [Terra Indígena Marãwaitesédé], no norte do Mato Grosso, as violações dos direitos dos povos Guaranis Kaiowás são absurdas.

Na verdade, já é um escândalo internacional. Não há um plano ou ações efetivas da Funai, ou de qualquer outro órgão do Governo Federal, que garanta os direitos indígenas no Mato Grosso do Sul, por exemplo. A terceira publicação - denominada Direitos humanos no Brasil 3: diagnóstico e perspectiva - é um trabalho conjunto, amplo e exaustivo, que procura traçar um panorama geral dos direitos humanos no país. O relatório aponta muitos problemas, apesar do esforço feito na construção do III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), o qual não vem sendo implementado na prática.

Recentemente tivemos dois assassinatos de integrantes do MST, primeiro Cícero Guedes, e agora Regina dos Santos. Como você vê essa questão de perigo permanente em que vivem os militantes de movimentos sociais, sua proteção e o julgamento de seus casos?

Os conflitos no campo, infelizmente, que resultam no assassinato de lideranças e camponeses, como foi este caso recente, são frutos de dois fatores fundamentais: a concentração absurda da terra e a impunidade. Historicamente, a realidade do campo brasileiro é de uma profunda concentração da propriedade da terra. Os dados do Censo Agropecuário, de 2006, do IBGE, vêm reafirmar esta concentração, pois menos de 1% - 0,915 para ser preciso - das propriedades detém 45% das terras, algo em torno de 147 milhões de hectares.

Por outro lado, as pequenas propriedades - com área de até 10 hectares - que são 48% das propriedades, detém apenas 2,4% das terras. Associada à enorme demanda pelo acesso à terra de famílias sem terras - os dados são controversos, mas se presume algo

em torno de 3,7 milhões de famílias sem terra -, esta concentração está na raiz dos conflitos e disputas por terra no Brasil.

Associado à concentração, há uma realidade de impunidade. A absolvição de um réu este mês no Paraná - aliás, julgamento que aconteceu depois de 10 anos do assassinato de uma liderança sem terra no Estado - expressa esta falta de punição. Há uma “certeza” de que a violação da lei, especialmente nas leis de proteção à vida, não resultará em punição. Isto é um fator fundamental dos conflitos e de muitos assassinatos, perseguições, ameaças de mortes no campo brasileiro.

Há uma constante e contínua violação, especialmente por parte Poder Executivo, que não cumpre o mandado constitucional de desapropriar para fins de reforma agrária as propriedades que não cumprem a sua função socioambiental. O mandado da Carta Maior é claro, em seu artigo 184, pois estabelece “cumpra à União desapropriar”. Desta violação resulta uma situação de impunidade, inclusive dos casos de violações de direitos humanos e atentados à integridade das pessoas. Não há qualquer dúvida que a realidade de impunidade no campo brasileiro é responsabilidade do Estado e de seus órgãos.

Merece, no entanto, especial destaque a responsabilidade do Poder Judiciário, especialmente nos casos de conflitos e violação de direitos - inclusive assassinatos! - das pessoas. Na lógica republicana, o Poder Judiciário é responsável pelo cumprimento da lei e pela punição daquelas pessoas que não a cumprem... A tão badalada “morosidade” desse Poder - que não julga, que não conclui os processos/inquéritos; que protela processos sem fim, etc.) - na verdade, só é vagarosa quando os interesses são de um lado - acaba se transformando em sinônimo de impunidade.

Qual o balanço que você faz do governo de Dilma Rousseff em relação à reforma agrária?

Infelizmente, o desempenho ou os resultados são pífios, especialmente em termos da incorporação, ou melhor, desapropriação de novas áreas para o assentamento de famílias sem terra. As chamadas ações de reforma agrária do governo Dilma, nos dois anos de mandato, foram de apenas 86 desapropriações, o que é um número semelhante ao famigerado governo Collor (1990-1992), demonstrando que essa não é uma prioridade de governo.

Como você analisa essas mudanças propostas pelo governo como a descentralização das ações de construção de moradias e de infraestrutura básica dos assentamentos para outros ministérios?

As trocas recentes na presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), como de alguns cargos no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) não trouxeram mudanças significativas em termos de direção ou orientação política das ações de reforma agrária. Por outro lado, historicamente, é bastante comum quando há baixa execução das ações estratégicas do órgão, especialmente metas pífias de desapropriação para fins de reforma agrária, a formulação de discurso enfatizando a necessidade de mudanças administrativas. Neste sentido, as propostas de descentralização das ações do Incra não são novidade, pois já apareceram na

administração Fernando Henrique Cardoso e foram veementemente criticadas pelos movimentos sociais do campo.

Teoricamente, ações descentralizadas e combinadas entre vários órgãos governamentais deveriam ser mais efetivas e mais eficientes, mas isto só em teoria. Descentralização, no entanto, pode também significar desobrigação e fragmentação, risco sério em áreas tão sensíveis como é o atendimento de necessidades básicas de populações historicamente marginalizadas, como sempre foram excluídas as populações do campo da maioria das políticas públicas. Há uma enorme resistência dos órgãos governamentais, por exemplo, de estender os programas de moradia para o campo. Descentralizar, portanto, pode significar não realização ou não implementação de tais programas e políticas, conseqüentemente descentralização se torna sinônimo de desobrigação e descaso.

E o papel reformulado do Incra? Como ele deveria atuar efetivamente?

Em um “mundo ideal”, um órgão como o Incra seria mais efetivo se concentrasse suas ações, esforços e recursos nas políticas fundiárias, mas isto não acontece efetivamente. Associado a isto, as demandas históricas por reforma agrária não se reduzem ao acesso à terra – uma ação fundamental que o Incra não vem efetivando, conforme dados de desapropriações nos últimos anos -, mas devem ser complementadas por outros programas e ações como, por exemplo, criação de escolas de qualidade no meio rural, dar condições de moradia dignas, e assim por diante.

Certamente, isto exige que o Incra seja um órgão ágil e efetivo em várias áreas, o que demanda também agentes públicos bem preparados, qualificados e remunerados. Agora, nada disto acontece se não há uma vontade e uma decisão política para tanto, o que não vejo nas propostas de reformulações do Incra...

A luta por terras no Brasil é um dos principais agravantes de desrespeito ao direito humano e das terras. Como resolver isso?

Apesar de todas as mudanças econômicas e sociais, a terra continua sendo sinônimo de poder no Brasil. Este é um elemento-chave na não implantação de uma reforma agrária efetiva por aqui. Associado a isto, as políticas públicas, as políticas econômicas e seus incentivos, dos últimos 20 ou 30 anos, estiveram - e continuam - voltadas para reforçar um modelo econômico agroexportador que é monocultor e excludente, que beneficia poucos.

Qualquer redistribuição do acesso à terra, ou mesmo garantia de direitos territoriais de povos indígenas ou quilombolas, representam ameaças a este modelo e seus privilégios, o que é ferrenhamente combatido por seus principais beneficiários.

Agora, do ponto de vista estritamente econômico, em longo prazo, o custo será elevado para o conjunto da sociedade brasileira, pois não é possível imaginar um crescimento sustentado baseado apenas na exportação de matérias primas, ou seja, basear a economia na exportação de recursos naturais, sem agregação de valor, sem processos consistentes de industrialização etc.

Você acha que é necessário uma mudança radical no modelo agrário e agropecuário no país?

Sem sombra de dúvidas, pois o modelo agropecuário atual é excludente e ambientalmente insustentável. Por outro lado, a tese de um sistema bimodal de produção e ocupação do campo tem lugar e vários defensores, ou seja, defendem que haveria “lugar para todos” - pequenos e grandes - no campo. No entanto, essa não é nossa realidade. Infelizmente nunca foi assim, inclusive há de se reconhecer que os enfrentamentos não são opção de alguns maniqueístas de plantão. Se há convivência também há muita disputa, inclusive disputas pela assistência do Estado e por recursos públicos.

Os recentes processos de criminalização de lideranças e movimentos sociais salientam mais as disputas que a convivência, deixando claro que a questão não se resolve apenas com um acordo econômico-produtivo. A questão da terra continua um tema atual, especialmente se olharmos essa terra como parte, por exemplo, da sustentabilidade social e ambiental.

A terra, como um bem não renovável, adquire outra dimensão, portanto, não pode ser reduzida a uma noção ou a um problema econômico-produtivo. Não estou querendo vincular com a dimensão de identidade cultural - tão cara aos nossos povos indígenas e outras comunidades que dependem de seus territórios -, mas apenas enfatizar que existe uma dimensão e um desafio vinculado à função socioambiental da terra, o que é uma perspectiva nova e um desafio imenso!

Como você avalia a política de governo de dar incentivos fiscais para o agronegócio? O que essa postura significa?

Como disse antes, várias opções macroeconômicas vêm tornando o país dependente - especialmente com o objetivo de equilibrar a balança comercial - da exportação de matérias primas. Esta exportação não depende só das chamadas commodities agrícolas, mas também as não agrícolas como, por exemplo, a de minério de ferro. É, portanto, uma dependência econômica da exportação de recursos naturais. Esta lógica é mantida inclusive devido a somas elevadas de renúncia fiscal (produtos exportáveis que não recolhem PIS, Cofins, etc.), ou seja, a sociedade brasileira acaba “pagando a conta”.

E em relação à agricultura familiar? Há incentivos como existem para o agronegócio?

Em relação à agricultura familiar, os últimos mandatos presidenciais deram maior relevância a este setor, pois foram criados ou ampliados programas importantes, inclusive alguns com reconhecimento internacional, como é o caso dos programas que procuram criar mecanismos de comercialização dos produtos da agricultura familiar com o fornecimento de alimentos para populações em situação de insegurança alimentar.

Há que reconhecer aí avanços, mas há uma lacuna em medidas estruturantes, ou seja, as políticas não são capazes de alterar - nem mesmo apontar na direção de uma mudança futura - o modelo agroexportador. Um dos principais gargalos da agricultura familiar é justamente a falta de acesso ou o acesso a pouca terra, resultando não só em famílias

sem terras, mas também em grande quantidade de minifúndios, ou seja, de pequenos produtores que não possuem terra suficiente. Os dados do Censo Agropecuário, mencionados antes, de que 48% das propriedades possuem área de até 10 hectares, estão basicamente explicitando a existência de minifúndios, via de regra, com dificuldades para produzir e se reproduzir devido à falta de terra.

Qual é o peso do agronegócio e da agricultura familiar em relação à disputa de terras? Sabemos que a agricultura familiar é que alimenta o país, mas por que um fator tão importante como este não é levado em conta nesta disputa?

São dois temas fundamentais e interconectados, mas com nuances diferentes. Em 2008, o Banco Mundial publicou um relatório afirmando a existência de uma “corrida mundial por terras”, com altos investimentos de países, empresas multinacionais - inclusive do setor financeiro e de fundos de pensão – na compra de terras na América Latina e na África.

Há uma busca por terra, mas mais pelo controle dos produtos da terra. Agora, esses produtos são commodities agrícolas e não agrícolas, mas não alimentos. Essa corrida vem acirrando a demanda por terras - os embates em torno das alterações do Código Florestal, por exemplo, devem ser entendidos também nesse contexto -, o que acaba impactando negativamente sobre a agricultura familiar.

A produção de alimentos, por sua vez, não recebe a devida atenção, por uma série de razões, mesmo havendo freqüentes expressões de preocupação em relação à segurança alimentar. A imagem ufanista do Brasil como “celeiro do mundo” é simplesmente negada quando este se torna importador de feijão da China e leite do Uruguai.

Estes são dois produtos de nossa base alimentar, mas a importação vem sendo feita inclusive porque é mais barato - ou dá mais lucros para as empresas do setor - do que incentivar a produção e o fortalecimento da agricultura familiar. Ainda, os índices inflacionários recentes foram provocados, entre outros itens, pela alta dos preços dos alimentos, mas isto não acontece porque a agricultura familiar está cobrando mais caro por sua produção.

Ao contrário, as transações comerciais, inclusive as importações, são fundamentais no estabelecimento de preços, o que tem pouco a ver com a produção interna de alimentos, especialmente pela agricultura familiar. (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio EPSJV/Fiocruz)

**Regularização Fundiária é tema de seminário no sudoeste paulista – Site do MDA.
28/02/2013**

As estratégias de aprimoramento para governança territorial e a regularização fundiária são os principais eixos a serem abordados no II Seminário da Regularização Fundiária, que ocorre em Itapeva, interior de São Paulo, nesta sexta-feira (1º). O encontro contará com a presença de gestores, membros do ministério público, técnicos e lideranças sindicais de municípios do sudoeste paulista.

Com presença confirmada no evento, o secretário Nacional de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA), Adhemar Almeida, falará sobre as ações de regularização que o Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (PCRF), do MDA, desenvolve na região. O trabalho de regularização é feito por convênios entre a SRA e o Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), cuja parceria prevê o cadastro e o georreferenciamento de 11.266 imóveis rurais, com investimento de mais de R\$ 3,6 milhões.

Promovido pelo Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad) do Sudoeste Paulista e pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), o encontro conta ainda com as presenças do Delegado do MDA em SP, José Reinaldo Prates da Silva; do coordenador do PCRF/SRA, Francisco Urbano; de membros do MPSP; do presidente do Consad Sudoeste Paulista, Marco Antônio Augusto; de prefeitos dos municípios e de técnicos da SRA e ITESP.

PCRF

O Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária viabiliza aos agricultores familiares a permanência na terra, por meio da segurança jurídica de posse do imóvel. A ação atende as áreas rurais devolutas de domínio estadual e consiste numa ação social. Por meio do reordenamento agrário, é garantida segurança jurídica aos agricultores familiares e acesso às demais políticas públicas do governo, entre elas o crédito rural e a assistência técnica.

As áreas prioritárias de atuação são aquelas nas quais há ocorrência de posses passíveis de titulação, concentração de pequenas propriedades, bem como áreas onde existam projetos de desenvolvimento territorial e local.

O Programa de Cadastro de Terras e Regularização apoia os governos estaduais no fortalecimento de institucional dos órgãos de terra, nas ações de regularização e no ordenamento fundiário.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

